



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO**

ALESSANDRA MENEGAIS RAMOS

BRENDHA TAYNARA STOEBERL

BRUNA MEINERZ

GIOVANA STREHL GAUTO

JOANA DE ALMEIDA ZANETTI

SCHEILA ELIZA KLITZKE

**EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ESTUDANTE DO IFSC -
JARAGUÁ DO SUL**

Jaraguá do Sul
2017

Alessandra Menegais Ramos
Brendha Taynara Stoeberl
Bruna Meinerz
Giovana Strehl Gauto
Joana de Almeida Zanetti
Scheila Eliza Klitzke

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ESTUDANTE DO IFSC - JARAGUÁ DO SUL

Relatório de resultados desenvolvido no eixo formativo diversificado “Conectando os Saberes” da 1ª fase do curso Técnico em Química (Modalidade Integrado) do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Jaraguá do Sul.

Orientadora: Giana Carla Laikovski
Coordenador: Julio Eduardo Bortolini

Jaraguá do Sul
2017

RESUMO

A pesquisa “Expressões da Violência Contra a Mulher Estudante do IFSC - Jaraguá do Sul” tem como principal objetivo verificar se as estudantes femininas da referida instituição já sofreram ou sofrem algum tipo de violência e como esta violência se manifesta. Para a apropriação do tema, foi realizada uma abrangente revisão bibliográfica, onde se observou que a violência contra a mulher é o produto de uma obsoleta cultura patriarcal. Para cumprir o objetivo e obter tais resultados foram aplicados questionários online às estudantes que se disponibilizaram a contribuir. Na etapa de análise de dados o grupo apresenta o perfil das estudantes em cada violência citada e suas possíveis relações com estas. Ao final da pesquisa se constatou que grande parte das estudantes mulheres já foram ou são vítimas de algum tipo de violência, sendo que o maior índice de identificação foi para com a violência psicológica.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; violência sexual; violência física; violência psicológica; violência moral; violência patrimonial; violência institucional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária das estudantes, 2017.....	21
Gráfico 2 - Quantas pessoas moram na residência das estudantes, 2017.....	22
Gráfico 3 - Estado civil, 2017.....	23
Gráfico 4 - Questão trabalhista das estudantes, 2017.....	24
Gráfico 5 - Você já sofreu violência sexual? 2017.....	25
Gráfico 6 - Você já sofreu violência sexual? De 14 a 17 anos, 2017.....	25
Gráfico 7 - Você já sofreu violência sexual? De 18 a 29 anos, 2017.....	26
Gráfico 8 - Você já sofreu violência sexual? Superior ou igual a 30 anos, 2017.....	26
Gráfico 9 - Você já sofreu violência sexual? Branco(a), 2017.....	27
Gráfico 10 - Você já sofreu violência sexual? Negro(a) e Pardo(a), 2017.....	28
Gráfico 11 - Você já sofreu violência sexual? Heterossexuais, 2017.....	28
Gráfico 12 - Você já sofreu violência sexual? Outros - Orientação Sexual, 2017....	29
Gráfico 13 - Violência sexual: Autor, 2017.....	30
Gráfico 14 - Violência sexual: Local, 2017.....	31
Gráfico 15 - Violência sexual: Quando aconteceu, 2017.....	32
Gráfico 16 - Violência sexual: O que a estudante fez após o acontecido, 2017.....	33
Gráfico 17 - A violência que as estudantes acham mais grave, 2017.....	34
Gráfico 18 - Você já sofreu violência física? 2017.....	34
Gráfico 19 - Você já sofreu violência física? Superior ou igual a 30 anos, 2017.....	35
Gráfico 20 - Você já sofreu violência física? Heterossexuais, 2017.....	36
Gráfico 21 - Você já sofreu violência física? Outros - Orientação Sexual, 2017.....	36
Gráfico 22 - Violência física: Autor, 2017.....	37
Gráfico 23 - Violência física: Local, 2017.....	38
Gráfico 24 - Violência física: Quando aconteceu, 2017.....	38
Gráfico 25 - Violência física: O que a estudante fez após o acontecido, 2017.....	39
Gráfico 26 - Você já sofreu violência psicológica? 2017.....	40

Gráfico 27 - Você já sofreu violência psicológica? Heterossexuais, 2017.....	41
Gráfico 28 - Você já sofreu violência psicológica? Outros - Orientação sexual, 2017.....	41
Gráfico 29 - Você já sofreu violência psicológica? Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, 2017.....	42
Gráfico 30 - Violência psicológica: Autor, 2017.....	43
Gráfico 31 - Violência psicológica: Local, 2017.....	43
Gráfico 32 - Violência psicológica: Quando aconteceu, 2017.....	44
Gráfico 33 – Violência Psicológica: O que a estudante fez após o acontecido.....	45
Gráfico 34 - Violência moral: Autor, 2017.....	47
Gráfico 35 - Violência moral: Local, 2017.....	47
Gráfico 36 - Violência moral: O que a estudante fez após o acontecido, 2017.....	48
Gráfico 37 - Você já sofreu violência patrimonial? 2017.....	49
Gráfico 38 - Violência patrimonial: Quando aconteceu, 2017.....	50
Gráfico 39 - Violência patrimonial: Autor, 2017.....	51
Gráfico 40 - Violência patrimonial: Local, 2017.....	51
Gráfico 41 - Violência patrimonial: O que a estudante fez após o acontecido, 2017.....	52
Gráfico 42 - Você já sofreu violência institucional? 2017.....	53
Gráfico 43 - Violência institucional: Autor, 2017.....	54
Gráfico 44 - Violência institucional: Quando aconteceu, 2017.....	54
Gráfico 45 - Violência institucional: O que a estudante fez após o acontecido, 2017.....	55
Gráfico 46 - Quais tipos de violência contra a mulher as estudantes conhecem ou já ouviram falar, 2017.....	56
Gráfico 47 - Mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens? 2017.....	56
Gráfico 48 - Para você, em qual grupo social a mulher é mais respeitada? 2017...	58
Gráfico 49 - As leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas? 2017.....	58
Gráfico 50 - Quanto foi desconfortável responder o questionário, 2017.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Boletins de ocorrência registrados e medidas protetivas solicitadas ao judiciário.....	19
Tabela 2: Crimes em Espécie Contra Mulheres de Jaraguá do Sul/SC.....	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1 Conceito de Gênero.....	9
2.1.1 Construção dos Papéis de Gênero.....	11
2.1.2 Violência de Gênero.....	13
2.2 Políticas Públicas.....	14
2.2.1 Lei Maria da Penha.....	15
2.2.2 Órgãos de Defesa.....	16
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4.1 A violência contra a mulher em Jaraguá do Sul.....	18
4.2 As expressões da violência contra a mulher entre as estudantes do IFSC - Câmpus Jaraguá do Sul.....	21
4.2.1 Perfil das Estudantes.....	21
4.3 Tipos de Violência.....	24
4.3.1 Violência Sexual.....	24
4.3.2 Violência Física.....	34
4.3.3 Violência Psicológica.....	39
4.3.4 Violência Moral.....	46
4.3.5 Violência Patrimonial.....	48
4.3.6 Violência Institucional.....	52
4.4 Percepções das estudantes sobre violência de gênero.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICES.....	68
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO.....	69
APÊNDICE II - GRÁFICOS DAS HIPÓTESES.....	77

1 INTRODUÇÃO

A construção social das relações de gênero evidencia que a dominação da mulher pelo homem é historicamente construída. A violência esteve presente na vida cotidiana das mulheres por questões econômicas e culturais e, com o passar dos anos, tornou-se mais debatida na sociedade. Assim, abrindo um campo mais amplo para discussões e pesquisas.

A violência contra a mulher se manifesta de várias formas, sendo muitas delas desconhecidas pela maioria da sociedade. Inúmeras mulheres não percebem que a situação pela qual estão passando se configura como violência, e são estes atos corriqueiros que se agravam, assim, tornando-se algo mais severo.

Os atos de violência podem envolver discriminação, preconceito, assédio, agressão, entre outros e, de acordo com a Lei Maria da Penha, são classificados em violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. As estatísticas revelam o aumento do número de casos de violência contra a mulher, e neste sentido, entende-se a necessidade de debater sobre o assunto, tanto no âmbito familiar quanto no escolar, pois é algo presente em nosso cotidiano. Assim, busca-se conhecer a realidade das estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Jaraguá do Sul Centro (IFSC/JAR) no que se refere à violência de gênero, considerando que a instituição é um espaço privilegiado para o debate desta temática.

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa é verificar se as estudantes mulheres do IFSC/JAR sofreram ou sofrem algum tipo de violência e como esta se manifesta. Buscando evidenciar qual modo de violência que mais atinge as estudantes, identificando também a frequência em que estes episódios violentos se fizeram e/ou fazem presente em suas vidas, assim também reconhecendo quem seriam os principais agressores e as circunstâncias destas. Além de buscar verificar quais seriam os tipos de violências conhecidos pelas estudantes e se as alunas violentadas relataram o ocorrido.

Para o desenvolvimento do projeto, partiu-se de algumas hipóteses, quais sejam: a maioria das estudantes do IFSC/JAR já sofreram algum tipo de violência; mulheres na faixa etária de 14 a 21 anos acabam sendo mais vítimas de assédios; estudantes casadas ou que vivenciam algum relacionamento e que vieram a sofrer algum tipo de violência, em sua maior parte o agressor foi seu parceiro; violência por parte dos pais se manifesta com mais frequência em estudantes de 14 a 17 anos; algumas das estudantes não denunciam

o ocorrido por sentirem que foi um episódio único gerado pelo estresse momentâneo. Nas considerações finais deste trabalho será averiguado se estas hipóteses serão refutadas ou corroboradas.

Muitas vezes as mulheres podem ter sido vítimas de violência e não terem consciência disso ou não terem voz para denunciar e procurar ajuda, portanto a pesquisa visa também ajudar as estudantes a entender que violência contra a mulher vai muito além de agressões físicas e dar espaço a elas para se expressarem e conhecer mais sobre a temática. O debate acerca da violência de gênero é de suma importância para a sociedade e este trabalho se propõe a contribuir com a pesquisa deste tema a partir de análises sobre dados reais das estudantes da instituição.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Conceito de Gênero

O conceito de gênero pode ser entendido como “uma construção sócio-cultural, que se determina dentro de um contexto histórico específico e traz a referência dos papéis socialmente aceitos de masculinidade e feminilidade” (TAVARES; ROCHA, 2008, p. 1). Neste mesmo sentido, Simone de Beauvoir¹ (1949), em seu famoso livro *O Segundo Sexo*, destaca que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico definiriam a forma como os indivíduos sexuais se tornariam homens e mulheres, e sim o conjunto da civilização que elaboraria o que qualifica o masculino e feminino” (BEAUVOIR apud TAVARES; ROCHA, 2008, p. 2).

Deste modo, entende-se gênero como uma construção social e cultural, ligado diretamente aos papéis de masculinidade e feminilidade aceitos na sociedade.

No Brasil, ao final dos anos 1980 o termo “gênero”, mesmo que sem muita visibilidade, passou a ser utilizado pelas feministas com o intuito de compreender melhor as relações entre homens e mulheres, como afirma Guacira Lopes Louro (1998) em seu livro “Gênero, sexualidade e educação”:

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1998, p.21).

¹ Simone de Beauvoir nasceu em 1908, foi escritora e filósofa e é considerada até hoje um ícone do Feminismo por apresentar em suas obras o existencialismo feminista.

À vista disso, percebe-se que a “justificativa para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade” (LOURO, 1998, p. 22).

O uso do conceito de gênero questiona o sexo biológico como determinante e, “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos” (LOURO, 1998, p.24, grifo do autor).

No entanto, é necessário compreender as distinções entre gênero e sexualidade ou “identidade de gênero” e “identidade sexual”, pois é notório a presença de questões ligadas à sexualidade na maioria dos estudos sobre gênero.

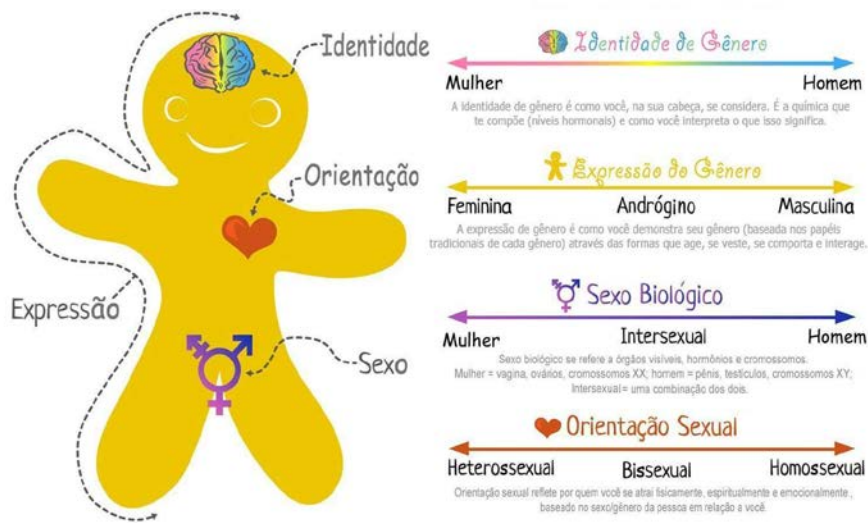
Então, entende-se que identidade de gênero “diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres” (LONGHINI, 2015?, p. 12). Portanto, de uma maneira geral, pode-se pensar que a *identidade de gênero* do sujeito está sempre a ser construída por ele, assim como está sendo e pode ser transformada nas relações do indivíduo com a sociedade, e que com o passar dos anos o sujeito vai construindo seu papel masculino ou feminino, colocando no mundo sua forma de viver.

Já a identidade sexual, pode ser definida como duas questões diferentes:

[...] por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno (LONGHINI, 2015?, p. 12).

Assim como a identidade de gênero, a identidade sexual do sujeito também pode mudar no decorrer do tempo.

Figura 1 – The Genderbread Person²



Adaptado de: It's Pronounced Metrosexual.

2.1.1 Construção dos Papéis de Gênero

Martha Giudice Narvaz (2005), analisa que nos volumes, 'A História da Sexualidade - O Uso dos Prazeres' (FOUCAULT, 1990) e 'A História da Sexualidade - O Cuidado de Si' (FOUCAULT, 1990), encontram-se ideias influentes de filósofos como Aristóteles, Hipócrates, Platão e Demóstenes, que falam sobre o poder do marido ao dominar a esposa e todas as demais coisas que ele tomava tinha como dever de reproduzir, sendo assim a esposa era usada em atos sexuais apenas como objeto reprodutivo, já o prazer o marido destinava às criadas. "O ato masculino é o que determina, regula, atíça, domina e determina o início e o fim da relação sexual entre um homem e uma mulher" (NARVAZ, 2005, p.17), a mulher era submissa de seu marido, tendo como papel o de ser doméstica, manter o lar arrumado, cuidar dos filhos e se portar como uma dama diante da sociedade e, na maioria dos casos, era algo normal a infidelidade vinda do marido, que o mesmo exercia o papel dominante, de quem mandava e desmandava.

Vivia-se numa sociedade machista, regada de costumes que tratavam o sexo feminino como inferior e incapaz, sendo o homem o soberano, o dominante e portador da inteligência. Narvaz ao abordar a perspectiva de diferentes filósofos, nos traz uma visão do século XVIII:

² Disponível em: <http://itspronouncedmetrosexual.com/2012/01/the-genderbread-person/#sthash.SP8wgHnr.dpbs>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Kant, recatado e celibatário, afirma que as mulheres que se envolvem com os conhecimentos complexos 'próprios' dos homens deveriam 'usar barba', pois esta expressaria mais visivelmente o ar de profundidade e seriedade que elas buscam. Para ele, não há nada mais feio que as mulheres, o 'belo sexo', discursarem sobre filosofia, não devendo se interessar pela ciência, pois assim se masculinizarão (NARVAZ, 2005, p.18).

Segundo Narvaz (2005), Comte afirmava que mulher não poderia trabalhar, pois teria que lidar com dinheiro, que era algo restrito aos homens. Nestas pequenas citações é possível ter alguma noção de como era forte o machismo e de como a mulher tinha sua vida destinada a cuidar de uma casa e de seus filhos, sendo vetada de poder criar um senso crítico, de ter opiniões, de poder fazer o que bem quisesse. Narvaz (2005) ainda nos traz outros pensamentos como o de Spinoza, que comparava as mulheres a escravos, pois eram donas de uma natural falta de autonomia. Para ele, o homem não precisaria usar da força física para dominar a mulher, porque o próprio sexo já seria deliberadamente frágil, fazendo então qualquer homem ser hierarquicamente mais forte que o sexo feminino. Conforme Saffioti (1987), a partir do momento em que naturalizamos a discriminação contra mulheres e outras categorias sociais, facilita-se assim, a superioridade de homens, brancos, de heterossexuais e de ricos.

Mas não se pode tomar em conta somente estes pensadores. Pode-se citar "Poulain de la Barre, que escreveu sobre a igualdade dos sexos no século XVII" (PIRES apud NARVAZ, 2005, p.19). E com o passar dos tempos, o papel feminino na sociedade começou a mudar. A percepção de que homens e mulheres são iguais, que nenhum é superior ao outro, fez "Marquês de Condorcet redigir um projeto de instrução pública e igualitária para os dois sexos e uma proposta de direito de cidadania para as mulheres" (NARVAZ, 2005, p.19). Vê-se uma luta das mulheres pelos seus direitos, por igualdade. A heterogeneidade dos discursos sobre o feminino, sobre as relações sociais e familiares é encontrada também na ciência. Descobertas arqueológicas, históricas e antropológicas (BOTT, 1976; ENGELS, 1884/1964; MALINOWSKI, 1927/1983; MEAD, 1934/1975; MURARO, 1997; ROSALDO, 1895; SCHELSKY, 1968; SMITH, 1973) mostram que homens e mulheres tinham corpos equivalentes, sendo assim, sem diferenças biológicas no que se refere ao cérebro, como se vê naquela época e, até atualmente é possível ver um pouco disto.

2.1.2 Violência de Gênero

Desde o princípio da sociedade, o papel da mulher nunca foi muito além de tarefas domésticas, sendo que, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha de áreas profissionais e sociais é muito maior se comparada ao século passado, as mulheres tendem a assumir responsabilidades por questões culturais. “A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 11), fazendo assim com que homens tenham como prioridade outras tarefas, como sustentar financeiramente a família e protegê-la. Entende-se que muitos homens fizeram, e ainda fazem, as mulheres se sentirem inferiores física e mentalmente, assim dando início a um possível caso de violência. Observa-se uma modificação estrutural na questão da família se comparada há alguns anos, bem como no papel assumido pela mulher: se antes ela assumia a posição de submissão ao seu marido, atualmente a mulher está cada vez mais em busca de sua autonomia, muitas mulheres já foram à luta pelos seus direitos, conquistando muitos deles, mas ainda se vê muitos casos de desigualdade e violência contra a mulher. Entende-se que as mulheres deveriam ter liberdade para escolher o que fazer, que roupa usar, quando quer ou não ter relações sexuais, mas na prática, nem todas têm estes direitos assegurados e ainda sofrem diversos tipos de violência.

A expressão “‘violência’ tem sua origem no latim *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual pode se acrescentar a coação ou coerção psicológica” (LEVINSKY, 1997, p. 24. apud NARVAZ, 2005, p.37). “O termo ‘violência’, na medida que pressupõe um abuso de poder, tem sido utilizado como sinônimo de ‘abuso’” (CORSI, 1997; FOUCAULT, 1995; GUARESCHI, 2004a, 2004b; ODALIA, 1993; RAVAZZOLA, 1999; apud. NARVAZ, 2005, p.37). Ao falar de violência se deve ter em mente que ela se configura em diferentes situações e que vai muito além da violência física. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relata que a violência de gênero é a “violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino” (CNJ, 2016, s.p). Assim, a violência contra a mulher “é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados” (CNJ, 2016, s.p.).

O artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, afirma que:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Para além dos tipos de violência mencionados na Lei Maria da Penha, pode-se citar ainda a violência institucional, que é exercida pelos serviços públicos, seja por ação ou por omissão, expressa principalmente pela falta de acesso aos serviços públicos ou pela má qualidade dos mesmos. Também há a violência simbólica, que é aquela que reproduz estereótipos sobre as mulheres, reproduzindo a imagem machista imposta às mulheres.

Pode-se citar ainda outras expressões muito utilizadas pelos movimentos feministas, como o *gaslighting* (expressão de violência emocional afetando o psicológico, fazendo a vítima duvidar de sua sanidade mental), *misoginia* (desprezo, ódio em relação ao sexo feminino), *manterrupting* (quando a mulher tem sua fala constantemente interrompida pelos homens), *mansplaining* (ato do homem, ao explicar algo para a mulher, tratá-la como ignorante por ser do gênero feminino), *bropropriating* (quando a ideia de uma mulher é apropriada por um homem e ele leva o crédito), *transfobia* (discriminação em relação a transgêneros).

2.2 Políticas Públicas

Pode-se definir política pública “como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses” (FARAH, 2004 p. 47).

As leis contra violência de gênero mostram “uma estratégia adotada pelos movimentos de mulheres em vários países para criar garantias formais de acesso à justiça

e a direitos para mulheres em situação de violência” (PASINATO, 2015 p. 408), infelizmente, em alguns países não existem essas leis para proteger a integridade física e mental da mulher.

As leis relacionadas a esse assunto visam honrar o espaço da mulher na sociedade mundial, entretanto a mulher ainda é vista muitas vezes como alguém capaz somente de desempenhar um trabalho secundário, já que “as diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado” (FARAH, 2004 p. 48). E, por esse motivo as mulheres do nosso país “enfrentam um déficit em termos de reconhecimento social do seu pleno direito à justiça e que interfere com as práticas discriminatórias que prevalecem nas instituições policiais e judiciais” (PASINATO, 2015 p. 409).

2.2.1 Lei Maria da Penha

A promulgação da Lei Maria da Penha - Lei n. 11.240/2006 - foi um grande avanço no combate à violência contra a mulher e se constitui como um marco histórico contra o abuso e a exploração do direito das mulheres no Brasil (UNWOMEM, 2011 apud PASINATO, 2015 p. 409), sendo considerada “uma experiência bem-sucedida de *advocacy* feminista” (BARSTED, 2011 apud CAMPOS, 2015 p. 391).

Ao instituir uma política pública e um sistema de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e organizações não governamentais, a sua implementação depende de políticas de prevenção e assistência, do comprometimento dos agentes públicos e da articulação de toda a rede (PASINATO, 2015 apud CAMPOS, 2015 p. 393).

Sendo assim, as “reivindicações na área de combate à violência contra a mulher se dirigiram prioritariamente aos níveis estadual e municipal. As questões relativas à saúde, por sua vez, foram dirigidas, em um primeiro momento, ao Governo Federal” (FARAH, 2004 p. 52).

Essa não é a única lei que visa defender as mulheres, entretanto, é a mais utilizada e reconhecida na sociedade brasileira atualmente, pois “representa a força do movimento feminista brasileiro em sua contínua busca de espaços de diálogo com os poderes da República em prol dos direitos das mulheres” (PASINATO, 2015 p. 409), uma lei que visa proteger a integridade da mulher na sociedade.

Algumas medidas da lei são mais reconhecidas do que outras, e inúmeras delas:

Abordam o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher de forma integral, com intervenções para punir os agentes responsáveis pela violência, proteger os direitos das mulheres e promover seu acesso à assistência e a seus direitos, e a prevenção da violência por meio de campanhas e processos de mudança cultural baseados no rompimento dos padrões de relacionamento entre homens e mulheres em favor da igualdade de gênero (PASINATO, 2015 p. 415).

Para ajudar as vítimas de violência física e psicológica foi criado:

Programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (FARAH, 2004 p. 57).

A maioria dos programas sociais foram fundados, após a Lei Maria da Penha, tornando-se defensores desta, em momentos que procuram sua ajuda quando é solicitada, assim:

Conforme a SPM/PR, a rede de serviços para mulheres em situação de violência (rede especializada) é constituída por Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas-abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (postos ou seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2011, p. 15 apud CAMPOS, 2015 p. 393).

2.2.2 Órgãos de Defesa

No Brasil, existem diversos órgãos de defesa à mulher vítima de violência física e mental, com o intuito de protegê-las. Sendo assim, inúmeros movimentos e entidades brasileiras e mundiais “passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários” (FARAH, 2006 p. 55).

Nos últimos tempos, diversos serviços tais como “as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008 p. 269) têm recebido mais casos, porém muitos são ocultos, por vítimas não acusarem o agressor, tendo como motivos principais o medo, a aflição, a vergonha, ou por ainda nutrir algum sentimento pelo parceiro.

O órgão mais reconhecido e recorrido pela sociedade feminina é a delegacia da mulher (DM), a primeira DM visava “atender a crescente demanda dos casos de violência contra a mulher” (GANDONI-COSTA; ZUCATTI; DELL’AGLIO, 2011, p. 220), e ainda propõe-se a defender a mulher do agressor, entretanto sabemos que nem sempre é o único local para as vítimas recorrerem a ajuda.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) que atendem as mulheres vítimas de violência são inúmeras, todavia existem algumas que são mais conceituadas do que outras. Na maioria das ONGs inclui-se:

Atendimento na área de saúde e na área de educação, com ênfase na capacitação das mulheres atendidas, visando à sua reinserção social. Constitui um exemplo de iniciativa nessa área o programa Casa Rosa Mulher, de Rio Branco (Acre), que atende mulheres e meninas vítimas de violência sexual e doméstica, inserido em um política que combate também a prostituição infantil e o tráfico de mulheres. Outros exemplos são a Casa Eliane de Grammont, de São Paulo (São Paulo), a Casa Bertha Lutz, de Volta Redonda (Rio de Janeiro), e o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de Bauru (São Paulo) (FARAH, 2006, p. 61-62).

Nos espaços de convivência destes programas recuperam a auto-estima da mulher, a sua capacidade de inserção social e dão apoio para a vítima superar o trauma que viveu (FARAH, 2004, p. 62).

3 METODOLOGIA

Segundo o cronograma previsto, inicialmente foi realizado um aprofundamento bibliográfico sobre o tema, onde se teve como intuito adquirir um maior conhecimento sobre o mesmo, assim desenvolvendo uma maior capacidade para a análise e compreensão dos dados. Estava previsto o uso do método quali-quantitativo para a coleta de dados, ou seja, na primeira fase seria aplicado questionários online com todas as estudantes para verificar os índices de violência contra a mulher entre elas e em seguida ocorreria a etapa qualitativa, quando seriam entrevistadas estudantes que estivessem dispostas a relatar suas experiências de violência. Assim, iniciou-se a etapa de coleta de dados, tendo como instrumento a aplicação de questionários. O universo de pesquisa era de 340 estudantes mulheres do IFSC/JAR no período letivo de 2017/1, sendo que foram aplicados 244 questionários online e opcionais para estudantes de todos os cursos oferecidos na instituição, nos três turnos. Diante da quantidade de informação coletada através dos questionários e diante do curto prazo para a realização da pesquisa, a equipe

optou por suspender a realização de entrevistas e se ateve a analisar os dados coletados através dos questionários.

Para a aplicação dos questionários, foram realizadas visitas às turmas explicando o tema da pesquisa e convidando as estudantes mulheres para participar. As estudantes que se dispuseram foram levadas até os laboratórios de informática da escola para responder o questionário online. É importante citar que o link do questionário não foi divulgado para as estudantes como forma de evitar que outras pessoas que não sejam alunas do IFSC/JAR pudessem respondê-lo. Os professores mostraram-se disponíveis em ceder um tempo de sua aula para que a pesquisa pudesse ser realizada, não havendo um tempo-limite para a realização do questionário.

Teve-se como principais objetivos nesta etapa da pesquisa analisar os dados de uma forma mais ampla, principalmente buscando conhecimento na quantidade de mulheres estudantes que sofreram ao longo de suas vidas algum tipo de violência. Foi feito uma leitura minuciosa e também seleção de algumas respostas mais relevantes das questões abertas. Além de averiguar qual ou quais foram os tipos de agressão sofrida, condição social e renda da vítima, o seu conhecimento sobre ter ou não sofrido-a, sua idade na época do incidente e quais atitudes foram tomadas pelas vítimas após o ocorrido.

Após a aplicação dos questionários e análise dos mesmos, foi dado início ao processo final que consiste na tabulação de dados, os quais foram sistematizados através do relatório final, onde foram comprovadas algumas das hipóteses propostas e se identificou os demais dados necessários para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A violência contra a mulher em Jaraguá do Sul

Para entender as expressões da violência contra mulher evidenciadas entre as estudantes do IFSC/JAR é necessário entender o contexto deste tipo de violência, principalmente no âmbito do município. Em contato com a Delegacia de Proteção à Criança, a Adolescentes, à Mulher e ao Idoso, obteve-se dados acerca das denúncias registradas entre setembro de 2010 a 17 de abril de 2017, período em que funciona o Sistema Integrado de Segurança Pública. Na tabela a seguir estão apresentadas as informações relacionadas ao número de Boletins de Ocorrência (B.O.) registrados e o número de medidas protetivas solicitadas, ou seja, quando foi dada continuidade no processo para além do registro do B.O.

Tabela 1 - Boletins de ocorrência registrados e medidas protetivas solicitadas ao judiciário

Ano de Registro	Número de Boletins de Ocorrência	Número de Medidas Protetivas Solicitadas
2010	307	44
2011	1.136	60
2012	1.310	23
2013	1.047	45
2014	1.392	155
2015	1.466	172
2016	1.519	111
2017	501	33
Total	8.758	643

Fonte de Consulta: Tabela 14 SISP (Sistema integrado de segurança Pública).

A tabela acima mostra que de setembro de 2010 até o dia 17 de Abril de 2017 foram registrado 8.758 boletins de ocorrência. É possível perceber que, com exceção do ano de 2013, o número de denúncias vem crescendo gradativamente. Entende-se que isso se deve principalmente devido às campanhas de sensibilização e incentivo à denúncia. Entretanto, na última coluna, pode-se observar que o número de medidas protetivas ainda é muito pequeno em relação ao número de denúncias e caiu no último ano: em 2014 e 2015 cerca de 11% das denúncias geraram medida protetiva, caindo para 7% em 2016. Isso pode mostrar que muitas das mulheres ainda possuem receio ou medo

de dar continuidade no processo, alimentado também pela falta de efetividade do judiciário em proteger as vítimas, como mostra os dados.

A tabela 02 apresenta informações sobre os crimes em espécie cometidos com mulheres de Jaraguá do Sul durante o período de 2013 até o dia 30 de Junho de 2016.

Tabela 02 - Crimes em espécie contra mulheres de Jaraguá do Sul/SC

Crime	2013	2014	2015	2015 Até 30/06/2015	2016 Até 30/06/2016
Lesão	140	152	154	74	86
Vias de Fato	71	111	127	66	73
Total de agressões	211	263	281	140	123
Ameaça	358	546	590	312	298
Total de Violência Doméstica	569	809	871	452	421
Outras denúncias	478	583	595	312	403
Total de registros	1.047	1.392	1.466	764	824

Fonte de consulta: Tabela 19 SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública).

Analisando a tabela acima, pode-se perceber que a maior parte dos Boletins de Ocorrência registrados no período analisado se refere à violência doméstica, que gira em torno de 52% a 59% das denúncias. Destas, a ameaça é mais comum, embora é importante destacar o significativo número de agressões, que compreendem de 37% a 48% do total de casos de violência doméstica. É importante explicar que as vias de fato são atos de violência que não necessariamente ocasiona lesões corporais, são consideradas contravenção penal e possuem pena de reclusão entre 15 a 90 dias. Quando os atos de agressão causam lesão e colocam em risco a integridade física e a saúde da vítima, os casos são considerados crime e estão previstos no Código Penal

Brasileiro e a pena vai de 3 meses a um ano de detenção (LUCAS, 2010). Neste sentido, pode-se observar que a maior parte das agressões físicas registradas colocam em risco a vida das mulheres.

4.2 As expressões da violência contra a mulher entre as estudantes do IFSC - Câmpus Jaraguá do Sul

4.2.1 Perfil das estudantes

Como instrumento de pesquisa, foram aplicados 244 questionários online, que foram respondidos por alunas de todos os cursos e fases, dos quais 122 (50%) foram respondidos por alunas do Ensino Médio Integrado, 10 (4%) do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, 94 (38,5%) do ensino técnico subsequente e 18 (7,5%) do ensino superior. Os questionários se constituíram de questões fechadas e abertas.

Para traçar o perfil das estudantes, levantamos algumas informações quanto à faixa etária, sexo, gênero, orientação sexual, renda familiar, estado civil, escolaridade, situação familiar e trabalhista.

No que se refere à faixa etária, como é possível visualizar no gráfico abaixo, a maioria das estudantes que participaram da pesquisa (41,3%) possuem de 14 a 17 anos e se somadas à faixa etária de 18 a 21 anos, compreendem quase 70% das entrevistadas.

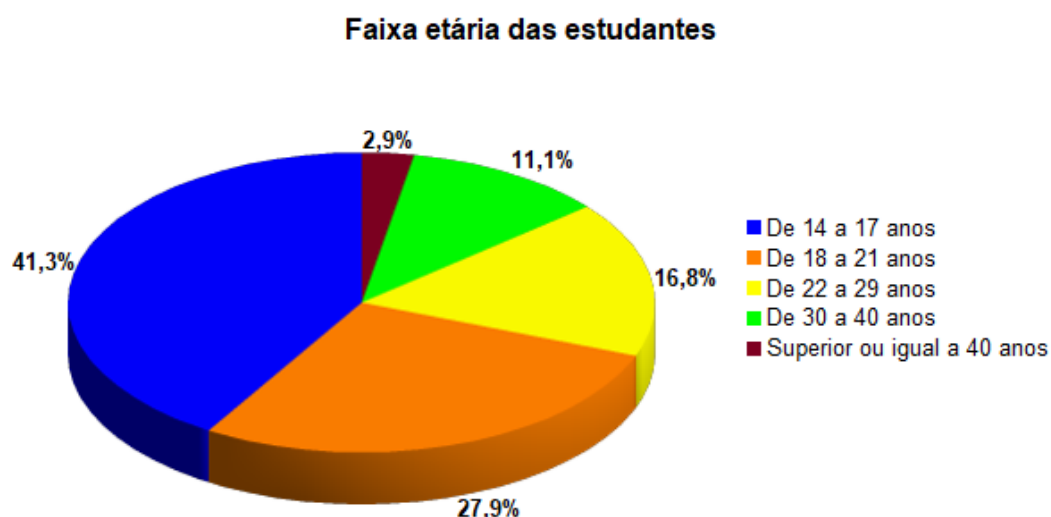


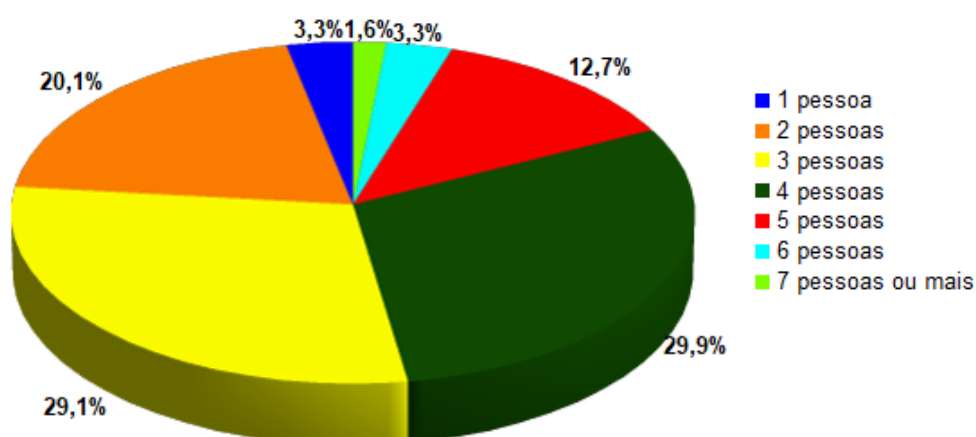
Gráfico 1 - Faixa etária das estudantes, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

A maioria das colaboradoras para a pesquisa são mulheres brancas (78,2%). As estudantes negras compreendem 4,1% das participantes, 15,2% se entendem como pardas, enquanto 2,5% se consideram de outras etnias, como amarela, indígena e outros. Estes dados estão em consonância com a população do município de Jaraguá do Sul que, de acordo com o Censo de 2010³, tinha a maioria da população (86,4%) de cor branca.

Na questão onde se perguntava qual o sexo da estudante se obteve apenas duas respostas como masculino e todas as demais respostas (99,2%) como feminino. Esta pergunta se refere ao sexo biológico da estudante e não ao gênero ao qual se identifica. Quanto ao gênero, 98,1% estudantes se identificam como mulheres, 0,3% como não binário, 0,3% como intersexual e 0,3 não especificou o seu gênero. No que se diz respeito à orientação sexual, 85,7% das colaboradoras se entendem heterossexuais, enquanto 7,4% se consideram bissexual, 3,3% por homossexual, 2% por pansexual, 0,8% por assexuadas e 0,8 não especificaram sua condição assinalando a opção “outros”. Deve-se ressaltar que, durante a aplicação dos questionários, observa-se que muitas estudantes tiveram dúvidas quanto a se identificarem com sua orientação sexual ou, até mesmo, nem sabiam o que cada qual significava.

Quanto à situação familiar, questionou-se quantas pessoas moram na residência das estudantes, a maioria tem de 2 a 4 pessoas morando na casa e apenas uma pequena porcentagem de 12,6% possuem filhos, lembrando que a maioria das estudantes são jovens, o que pode ter vindo a favorecer este índice. Observe o gráfico abaixo:

Quantas pessoas moram na residência das estudantes



³ Informação disponível em: <http://ocponline.com.br/geral/censo-2010-ibge-mostra-a-cara-do-brasil-e-do-estado>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Gráfico 2 - Quantas pessoas moram na residência das estudantes, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Quanto ao Estado civil, pode-se observar que a maioria das discentes são solteiras e destas a maioria não tem namorado. Porém, se for somado o resultado das estudantes que possuem algum companheiro, é possível notar que a maioria das estudantes, cerca de 53,3%, estão vivenciando um relacionamento conjugal.

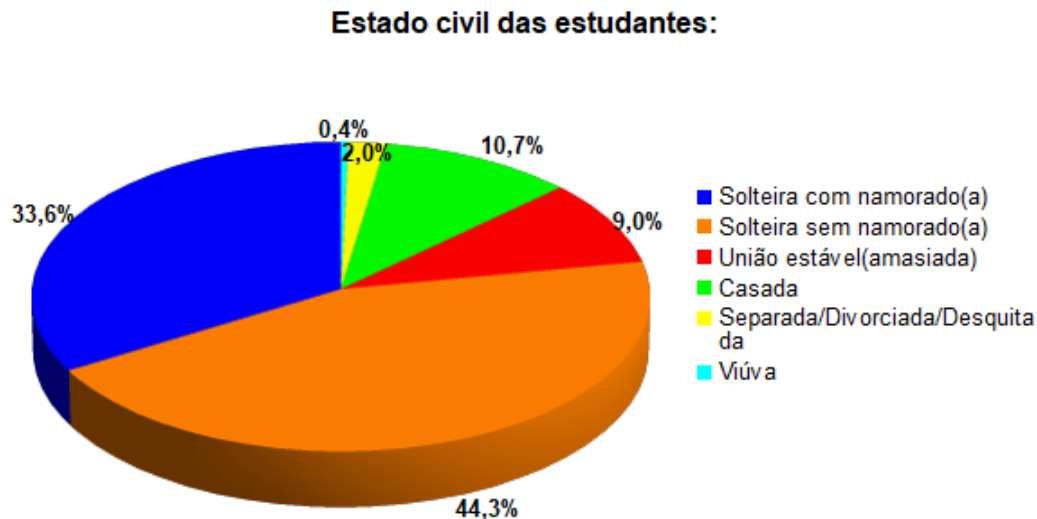


Gráfico 3 - Estado civil das estudantes, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Sobre a renda mensal familiar, a maioria (51,2%) apresentou ter a renda familiar mensal de 2 a 6 salários mínimos (s.m.), 27,9% de 1 a 2 s.m., já 17,21% das estudantes afirmam ter renda superior a 6 s.m e apenas 3,69% possuem uma renda menor que um s.m. Estas informações podem indicar que, de maneira geral, as estudantes possuem renda familiar favorável, porém, se for relacionado a mediana da faixa de renda mais significativa (renda familiar de 2 a 6 s.m) com a mediana da quantidade mais significativa de residentes em casa (2 a 4 pessoas), tem-se uma renda per capita média de 1173,83, ou seja, a maioria das estudantes seriam público-alvo da política de assistência estudantil, por exemplo, caracterizando-se como público em vulnerabilidade social.

Sobre a questão trabalhista a maioria informou não trabalhar, o que pode ser explicado pelo grande número de estudantes do curso integrado que responderam o questionário, já que o curso possui unidades curriculares no contra turno escolar o que dificulta a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho. E teve as alunas que responderam trabalhar, que foi uma quantia considerável ao juntar as respostas “sim” e

“sim, ao longo de todo o ano (fixo)”, e as que responderam “sim em algumas épocas do ano (temporário), os quais podem ser interpretados como os estágios.

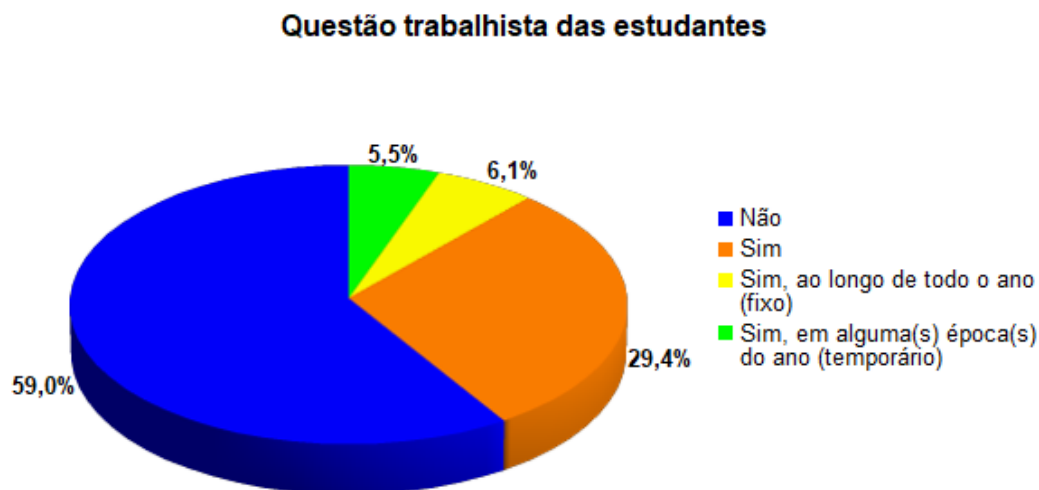


Gráfico 4 - Questão trabalhista das estudantes, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

4.3 Tipos de Violência

4.3.1 Violência sexual

A partir do conceito de que a violência sexual seria qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, que a induza a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; abusos como a “encoxada” no transporte público, passadas de mão nas pernas, nádegas, seios e regiões íntimas, questionou-se às estudantes se já sofreram violência sexual.

Como é possível ver no gráfico abaixo, 47,1% das estudantes relataram já terem passado por alguma(s) das situações descritas anteriormente. Entende-se que ao apresentar exemplos de situações que se constituem violência sexual na questão, contribui-se para que as estudantes se informem e reconheçam a violência sofrida por elas.

Você já sofreu violência sexual?

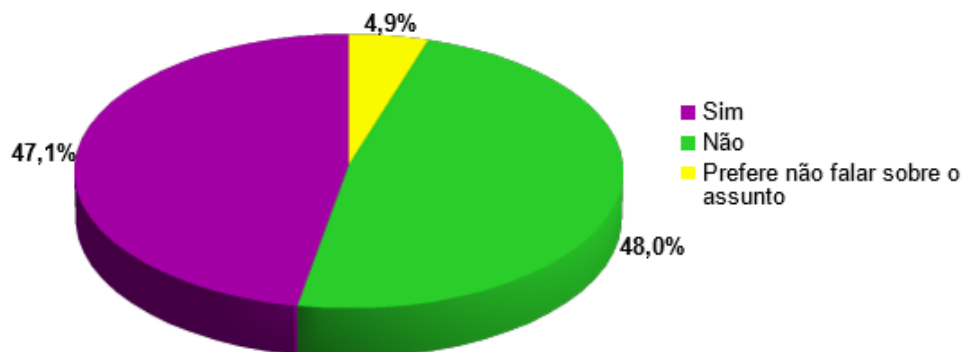


Gráfico 5 - Você já sofreu violência sexual? 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Verifica-se que entre as adolescentes e jovens a violência sexual é mais comum, os dados estatísticos dessas faixas etárias ficaram muito próximos, indicando que quase metade destas alunas sofreram violência sexual.

Você já sofreu violência sexual?

De 14 a 17 anos

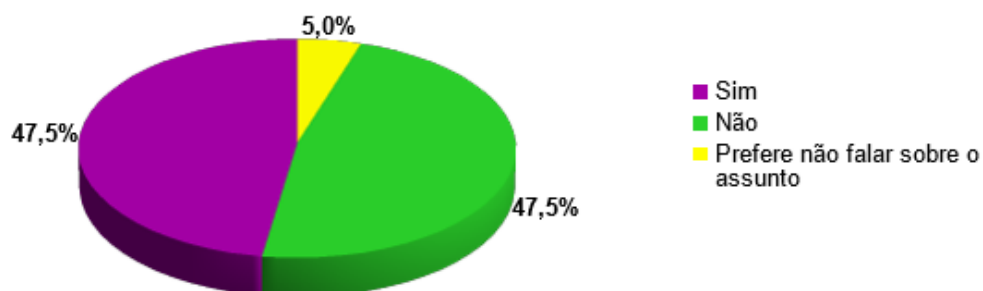


Gráfico 6 - Você já sofreu violência sexual? De 14 a 17 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Você já sofreu violência sexual?

De 18 a 29 anos

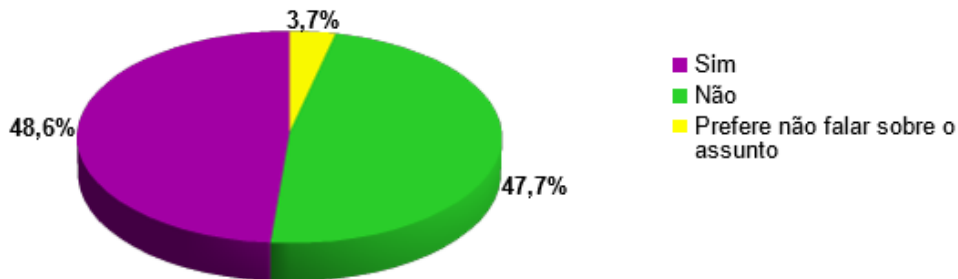


Gráfico 7 - Você já sofreu violência sexual? De 18 a 29 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Ao analisar as respostas das alunas com idade igual ou superior a 30 anos, observa-se que a maioria não sofreu este tipo de violência, como é possível verificar no gráfico abaixo.

Você já sofreu violência sexual?

Superior ou igual a 30 anos

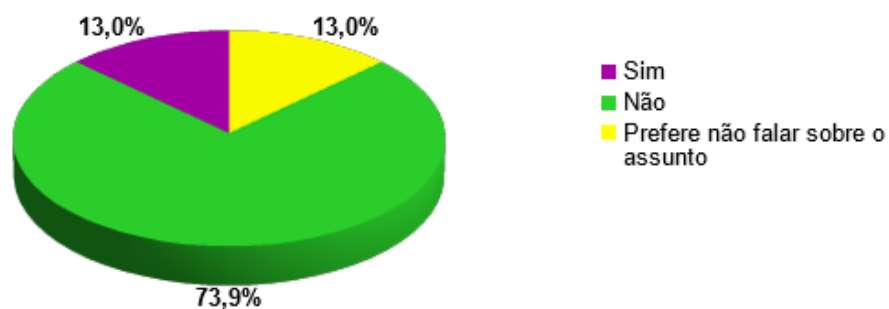


Gráfico 8 - Você já sofreu violência sexual? Superior ou igual a 30 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Assim, entende-se que as alunas adolescentes e jovens estão mais expostas a este tipo de violência ou souberam melhor identificar estas situações. Uma das hipóteses do grupo seria que as jovens de 14 a 21 anos seriam mais vítimas de assédio, contudo

não pode-se verificar esta informação, pois não foi feita uma pergunta dirigida especificamente aos assédios.

Quanto à questão racial, novamente se tem a predominância de estudantes brancas como vítimas, uma vez que consistem na maior parte das participantes da pesquisa. Ao separar os grupos e analisar os grupos majoritários, pode-se observar que o índice de mulheres brancas vítimas de violência sexual ficou muito próximo entre as mulheres negras e pardas, como é possível verificar abaixo:



Gráfico 9 - Você já sofreu violência sexual? Branco(a), 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Você já sofreu violência sexual?

Negro(a) e Pardo(a)

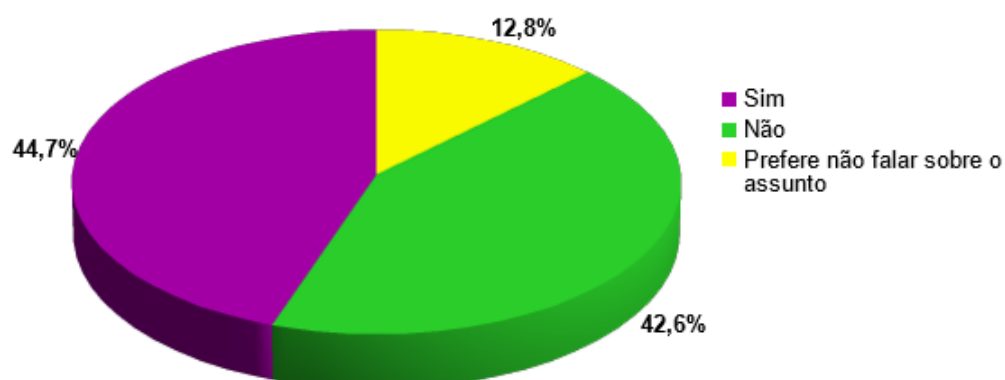


Gráfico 10 - Você já sofreu violência sexual? Negro(a) e Pardo(a), 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

As respostas referentes à orientação sexual das alunas revelam que as estudantes que possuem orientação sexual diferente da heteronormatividade sofrem mais violência sexual do que as estudantes heterossexuais. Entretanto, em ambos os grupos o número de vítimas é bem significativo, como é possível verificar nos gráficos a seguir:

Você já sofreu violência sexual?

Heterossexuais

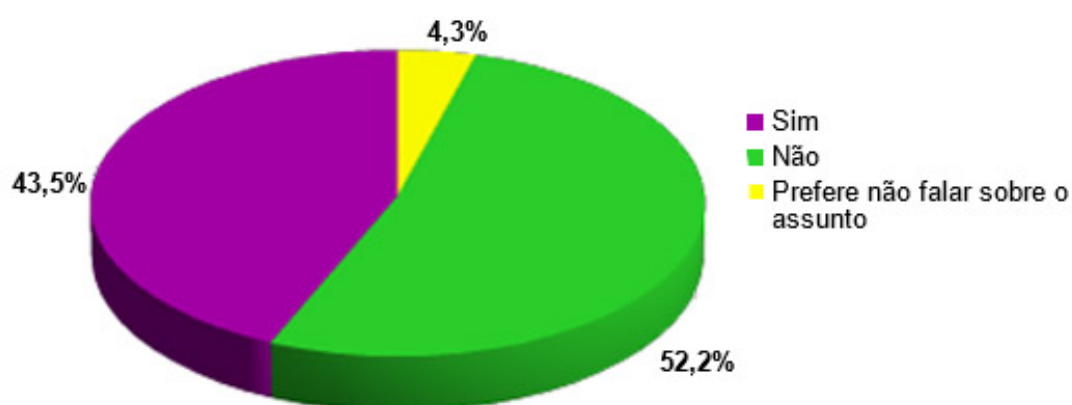


Gráfico 11 - Você já sofreu violência sexual? Heterossexuais, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.



Gráfico 12 - Você já sofreu violência sexual? Outros - Orientação Sexual, 2017
 Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Entende-se que um dos fatores que pode levar a esta violência excessiva seria a permanência do preconceito e discriminação sexual, pois estas pessoas não estariam dentro de um padrão sociocultural pré-definido.

Ainda sobre o perfil das estudantes que sofrem violência sexual, observa-se que o maior número de vítimas está no ensino superior, pois cerca de 67% das estudantes afirmaram terem sofrido este tipo de violência, enquanto nos outros cursos essa porcentagem ficou em torno de 45%.

Em relação a renda das estudantes vítimas de violência, percebe-se que os índices são muito próximos em todas as faixas de renda, ou seja, a violência sexual está presente em todas as classes.

Questionou-se às estudantes sobre quem foi o autor dessa violência, permitindo que pudessem assinalar mais de uma opção, tendo em vista que as alunas podem ter sido vítimas de mais de um episódio violento.

O autor da violência foi:

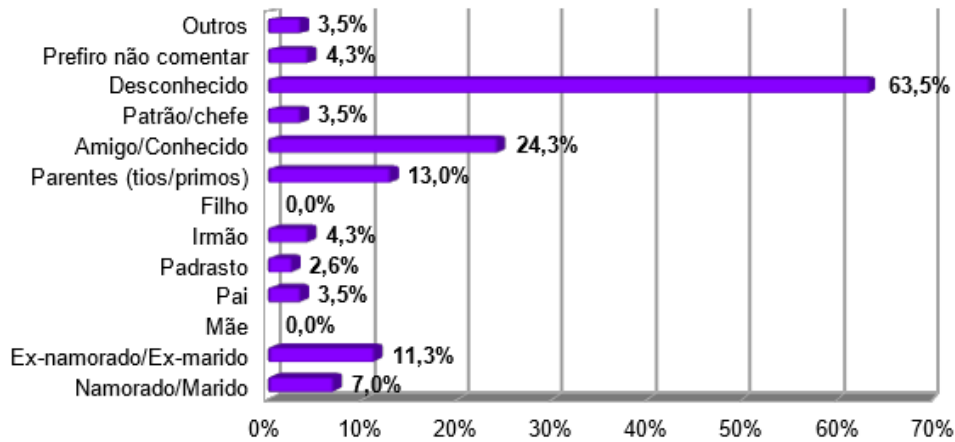


Gráfico 13 - Violência sexual: Autor, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

É possível observar que 63,5% das estudantes afirmaram que os casos de violência sexual contra as estudantes do IFSC/JAR são praticados por desconhecidos. Entretanto, ao juntar os autores de violência que poderiam ser próximos das estudantes (namorado, marido, pai, padrasto, irmão, parentes como tios e primos, amigos e ex cônjuges), pode-se verificar que a maioria dos agressores são conhecidos, porque somam 66% das respostas das estudantes, como pode ser observado na fala de uma das estudantes: “por que vem de quem vc menos espera, vem de alguém que estava ali pra te proteger e cuidar, e o pior, e foi ainda pior quando a mãe é conivente e ainda culpa a filha, hj sei que a culpa não foi minha” (ESTUDANTE 64, 2017).

A próxima pergunta também era possível ter mais de uma resposta e visava identificar qual foi o local em que esta violência se manifestou.

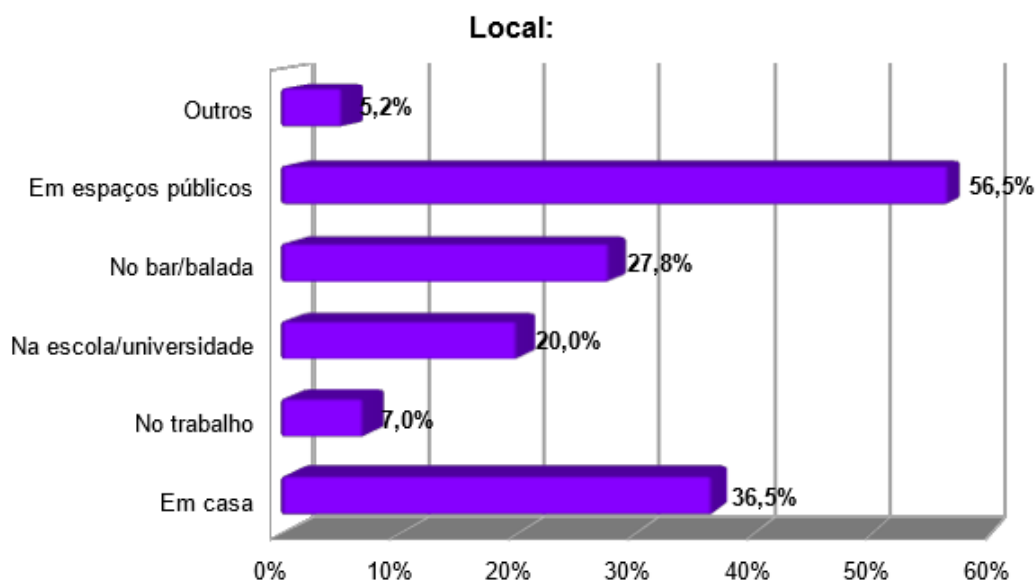


Gráfico 14 - Violência sexual: Local, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Os números revelaram que os espaços públicos serviram de palco para a violência sexual se manifestar e podemos notar uma relação com o agressor que é desconhecido. O segundo local que teve mais respostas foi em casa, o qual pode ser relacionado com os agressores sendo parentes, que se somadas equivalem a um total de 42% dos autores de violência sexual, e ao qual possuem acesso mais próximo da vítima e de sua casa, um local que deveria ser seguro para ela. O próximo local em que a violência apareceu com um índice mais manifesto foi em bares e baladas, locais que deveriam servir para o lazer da mulher e comunidade em que ela está inserida, porém, ao que se averigua, é um dos locais em que as mulheres estão mais vulneráveis a sofrer este tipo de violência.

A terceira pergunta sobre a violência sexual se referia em que período da vida da estudante a agressão ocorreu. A maioria das respostas indicavam que a violência aconteceu durante o período em que a aluna cursava o Ensino Médio. Se for considerado que metade das estudantes estão cursando o Ensino Médio neste momento, pode-se cogitar que muitas das ocorrências foram recentes, mesmo que apenas 6,1% disseram que foi no último ano. Importante destacar a informação de que 40% das estudantes relataram sofrer este tipo de violência na infância.

Quando isso aconteceu?

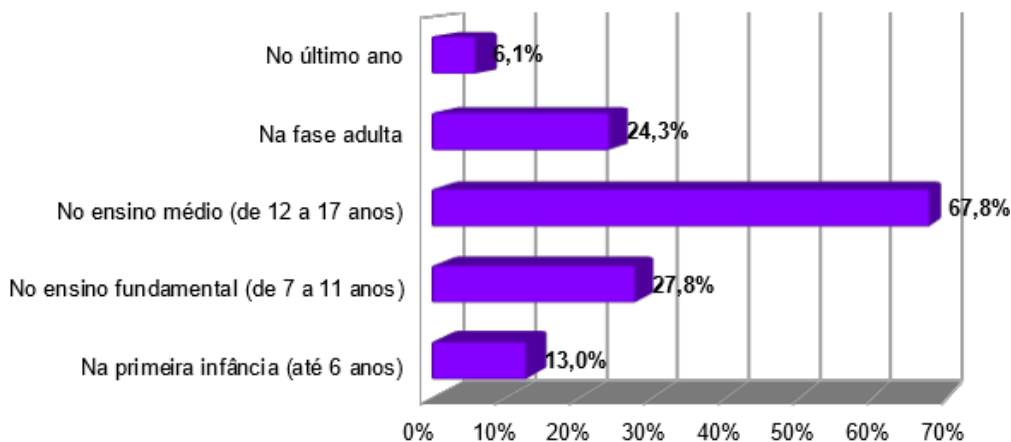


Gráfico 15 - Violência sexual: Quando aconteceu, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

A última pergunta visava saber como as alunas lidaram com isso, assim questionando o que elas vieram a fazer após serem agredidas, os dados obtidos nesta questão mostraram que a maioria não teve nenhuma reação após o ato, e essa reação gera algumas hipóteses, como a de que as vítimas podem ter achado que foi um episódio único, ou que pelo agressor ser alguém próximo houve algum receio em denunciar e até mesmo por muitas vezes a sociedade a julgar com um olhar machista, ao falar que “ela provocou” ou que “ela mereceu”, teve influência na decisão da vítima, levando-a a se calar, “esta condição de inferioridade advém de construções sociais em que valores, crenças e costumes legitimam um padrão de relacionamento assimétrico entre homens e as mulheres” (SANTI; NAKANO; LETTIERE 2010, p. 420).

Outra possível resposta para esta questão seria a vítima ter relatado o ocorrido para pessoas de confiança, onde se teve a segunda maior quantia de respostas, e que, cogita-se que tenham motivos semelhantes ao anterior para não procurarem aos órgãos competentes para realizarem a denúncia e assim, buscam ajuda e apoio com pessoas próximas e de confiança. Snow trata que a busca por ajuda na família demonstra que:

[...] os papéis de gênero tradicionais têm grande influência na percepção e reação em situações de violência. Assim, a busca pelo apoio das famílias, anteriormente ao da instituição, é apontada como estratégia de autoproteção, a fim de evitar outra vitimização, uma vez que os membros da família cuidam um do outro (SNOW apud. SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010, p. 420).

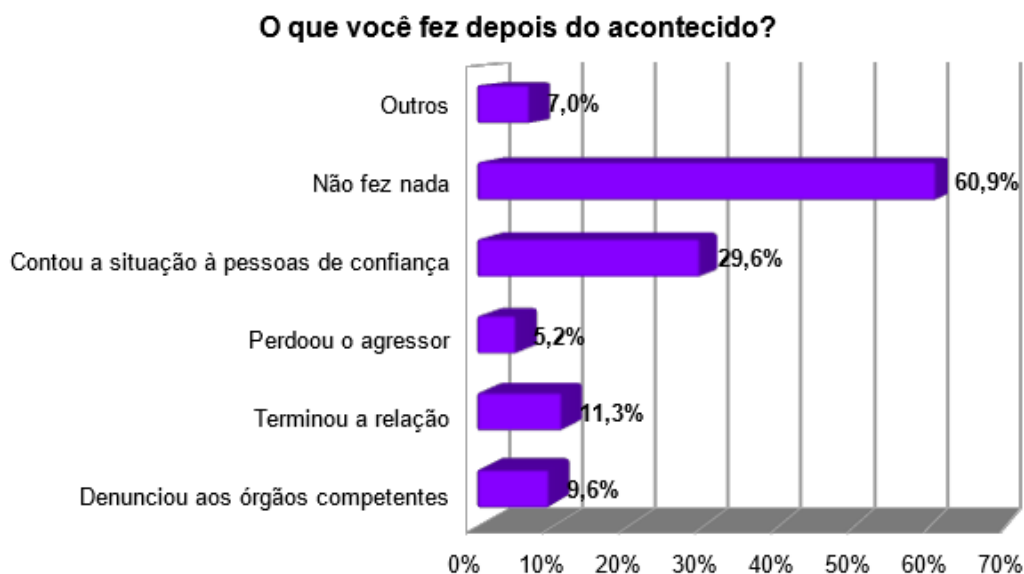


Gráfico 16 - Violência sexual: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

O grupo compreende que a vítima da violência sexual sofre demasiadamente influência de uma cultura machista, que a oprime, que a trata como culpada e que busca motivos para dizer que o agressor “teve motivos”, e que desta forma:

As consequências da violência contra a mulher, independente da sua forma de manifestação, têm, na vergonha do ato sofrido, uma invasão de sua privacidade e a negação de sua liberdade e integridade e, também, a culpabilidade por não terem sido capazes de resistir suficientemente (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005 apud SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010, p. 420).

Ao inquirir às alunas: “Dos tipos de violência, qual você considera mais grave?”, a violência que mais se destacou foi a sexual, as justificativas foram muito próximas, a violência sexual seria a mais grave por não apenas afetar a mulher sexualmente, mas sim com outras formas de expressões violentas. Vejamos as falas de algumas estudantes:

Escolhi violência sexual pelo fato de afetar tudo. O psicológico, o físico, etc. Acredito que seja o que mais deixa trauma na pessoa, pois foi tirado dela tudo que ela acreditava ser importante, a pessoa que a violou deixa-a suja aos próprios olhos. (ESTUDANTE 216, 2017).

As sequelas do ato sexual sem a permissão da mulher são levadas para toda a vida. Nestes podem ser incluídas diversas outras agressões como física, moral e psicológica. (ESTUDANTE 30, 2017).

Dos tipos de violência, as estudantes consideram mais grave a

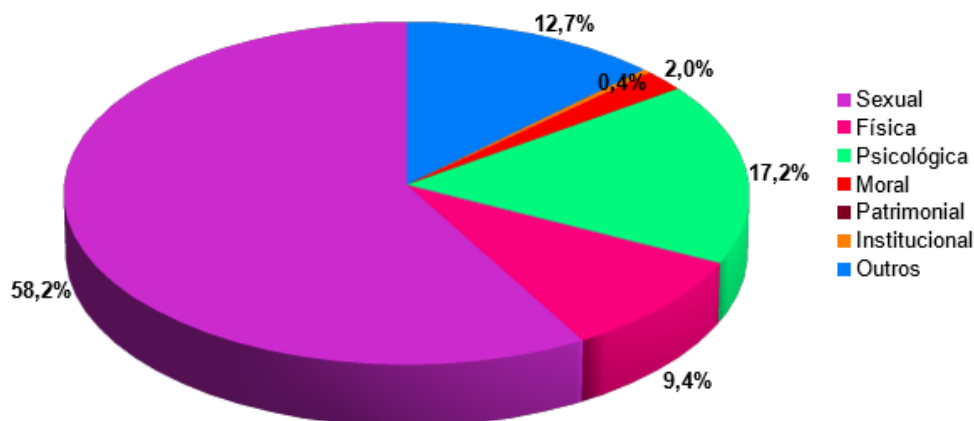


Gráfico 17 - A violência que as estudantes acham mais grave, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

4.3.2 Violência Física

A partir do conceito de violência física como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal como socos, arranhões, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, etc, observa-se que a maioria das estudantes afirma não ter sofrido violência física, como mostra o gráfico a seguir:

Você já sofreu violência física?

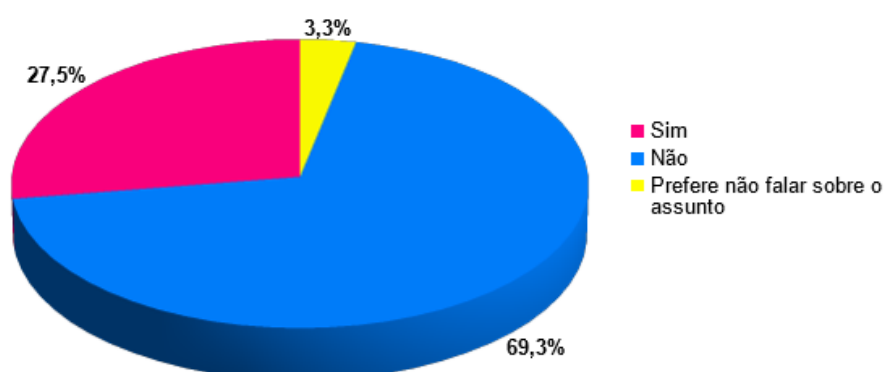


Gráfico 18 - Você já sofreu violência física? 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Analisando o perfil da estudante vítima de violência física através dos cruzamentos de dados realizados, nota-se que a violência física, ao contrário da violência sexual, está

mais presente entre as estudantes de 30 anos ou mais, enquanto cerca de 30% das jovens relataram sofrer este tipo de violência, entre as estudantes com mais de 30 anos esse número sobe para 47%.



Gráfico 19 - Você já sofreu violência física? Superior ou igual a 30 anos, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Quanto à raça, observa-se que não há diferença significativa entre o índice de violência física entre negros e pardos e brancos, em ambos os grupos girou em torno de 30% de vítimas de violência física.

Se referindo à orientação sexual das vítimas, nota-se que a violência física está mais presente entre as estudantes que não se consideram heterossexuais (homossexuais, bissexuais etc.) do que entre as que se consideram, como evidenciado nos gráficos 20 e 21. Como as principais causas para esse problema, pode-se citar a lesbofobia e o machismo, já que o lesbofóbico, muitas vezes não se conforma em ver na mulher um comportamento que não é o esperado dela pela sociedade, assim:

[...] não se conforma em não ver na lésbica a mulher que será submissa a ele sexual e socialmente. Ou seja, não dá para falarmos de um marcador isoladamente. E essa violência visa dominar e readequar essa mulher ao papel exteriormente imposto, ou até destruí-la psicológica ou fisicamente, levando-a muitas vezes à morte (FIGUEREDO, s.d, p. 2).



Gráfico 20 - Você já sofreu violência física? Heterossexuais, 2017
 Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.



Gráfico 21 - Você já sofreu violência física? Outros - Orientação Sexual, 2017
 Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

E se tratando da renda da estudante agredida, não existe uma ampla diferença entre estudantes com renda familiar de até 6 salários mínimos, gira em torno de 30%, no entanto o número de estudantes agredidas com renda acima de 6 salários mínimos se mostra menor (11,90%).

Foi questionado para as mulheres que afirmaram sofrer Violência Física o autor desta, na qual era possível assinalar mais de uma alternativa, como mostrado no gráfico abaixo:

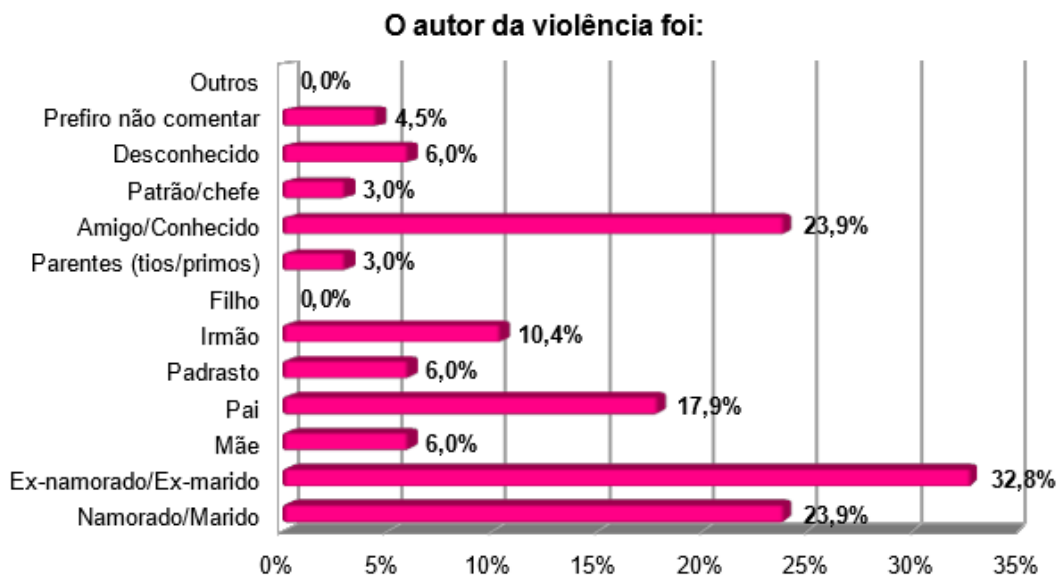


Gráfico 22 - Violência física: Autor, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 22, verifica-se que a maioria das estudantes relataram que o autor da Violência Física sofrida foi o ex-namorado ou ex-marido, seguido de amigo/conhecido e namorado/marido com a mesma porcentagem. O número alto de estudantes que relataram o ex-namorado e/ou ex-marido como autor da violência física, “[...] uma vez que, a mulher possui maior risco de ser agredida física e sexualmente por quem convive intimamente com ela do que por qualquer outra pessoa” (DEEKE, 2007, p. 9).

Complementando a questão anterior, pode-se observar no gráfico a seguir que a maioria das estudantes foram agredidas em casa.

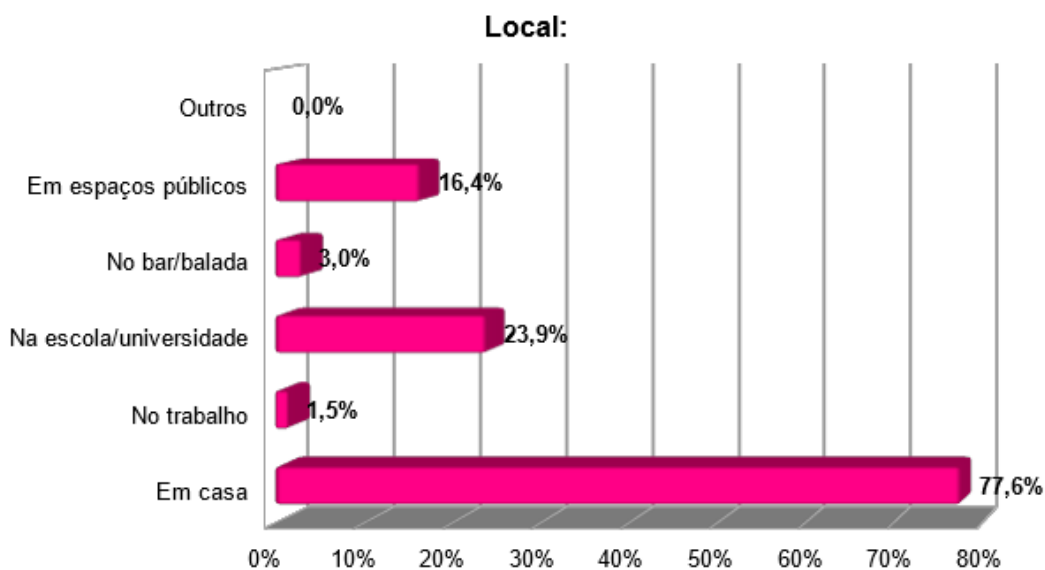


Gráfico 23 - Violência física: Local, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Posteriormente foi questionado às alunas sobre o período de sua vida em que a violência se manifestou, a qual também era possível assinalar mais de uma alternativa. Analisando o gráfico 24, é possível perceber que a maioria das estudantes sofreram violência física durante a fase adulta ou durante o ensino médio (de 12 a 17 anos).

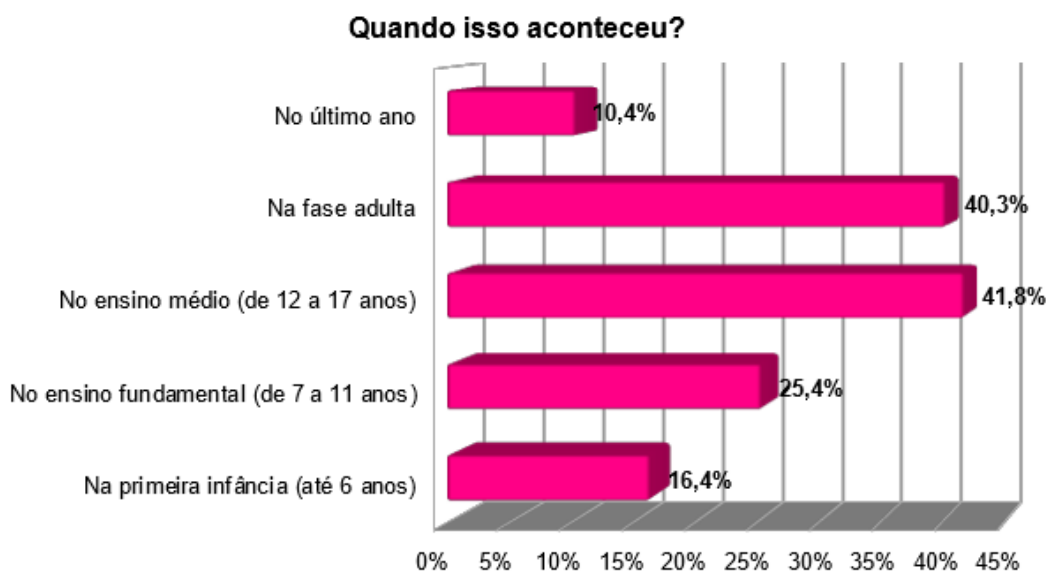


Gráfico 24 - Violência física: Quando aconteceu, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Na última questão em relação à Violência Física, questionava-se o que a estudante agredida fez após o acontecido, a qual poderia ter mais de uma resposta.



Gráfico 25 - Violência física: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Assim como nos casos de violência sexual, constatou-se que em sua maioria as vítimas não tiveram reação após o acontecido, o que pode estar relacionado ao fato de que em muitos casos a mulher sente receio de denunciar a agressão, seja por medo, estar recebendo ameaças frequentes ou até mesmo por considerar que aquela agressão foi a última, gerada pelo estresse momentâneo do agressor, o que na maioria das vezes não ocorre e a mulher volta a ser agredida e, acaba tendo que aceitar a situação, sem poder agir para mudar este cenário violento.

Já a baixa porcentagem de estudantes que denunciaram a agressão aos órgãos competentes pode ser associada ao fato de que muitas mulheres vítimas de violência ao procurarem ajuda com profissionais da área, sentem receio de não serem bem acolhidas, de não terem a devida atenção ao seu caso.

A mulher agredida depende de pessoas qualificadas, para que a escute e possa lhe ajudar a enfrentar a situação, pois:

A mulher em situação de violência quando procura ajuda necessita encontrar um espaço adequado, com privacidade, onde possam ser acolhidas por uma profissional preparada que a escute, na particularidade de sua vivência, e dê início ao processo de enfrentamento da situação de violência. É nesses casos que entra a necessidade de uma profissional de Serviço Social para atuar no acolhimento da mulher em situação de violência, desenvolvendo a escuta social qualificada (SANTOS, 2005, p.54).

4.3.3 Violência Psicológica

A partir do conceito de violência psicológica como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima – como fazer com que a mulher ache que está louca - ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, que controle suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação, foi consultado as estudantes e cerca de 55% delas já haviam sofrido este tipo de violência.

Você já sofreu violência psicológica?

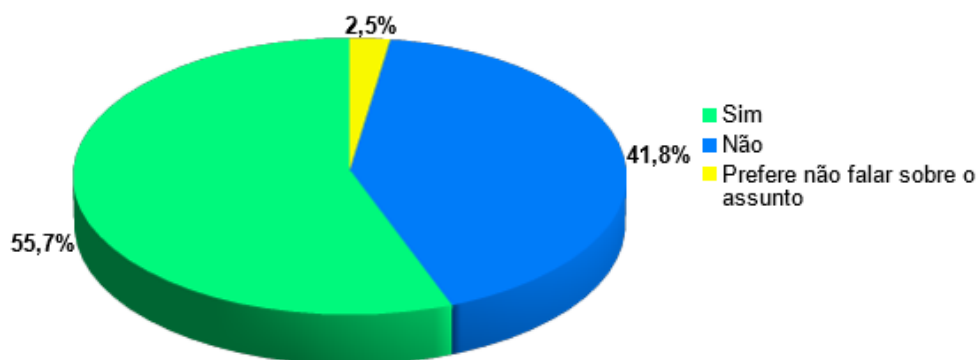


Gráfico 26 - Você já sofreu violência psicológica? 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Partindo das respostas em que as estudantes afirmam terem sofrido, pode-se perceber a partir de alguns cruzamentos elaborados pelo grupo, que o número de estudantes vítimas de violência psicológica tem entre 14 a 17 anos é quase a mesma porcentagem de estudantes entre 18 a 29 anos, cerca de um pouco mais de 50%, já estudantes com idade igual ou superior a 30 anos, mostra-se uma porcentagem superior já que um pouco mais de 70% das estudantes com essa idade afirmaram ter sofrido violência psicológica, mostrando que essa violência tem uma porcentagem maior em estudantes com idade igual ou superior a 30 anos do que estudantes mais novas que esta faixa etária.

Tratando-se de raça não se tem uma diferença ampla entre as pessoas que se consideram brancas, pardas e negras e outras.

Partindo da orientação sexual das alunas vemos uma significativa diferença entre as que se consideram heterossexuais e as que não se consideram, como mostra os gráficos a seguir:



Gráfico 27 - Você já sofreu violência psicológica? Heterossexuais, 2017
 Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

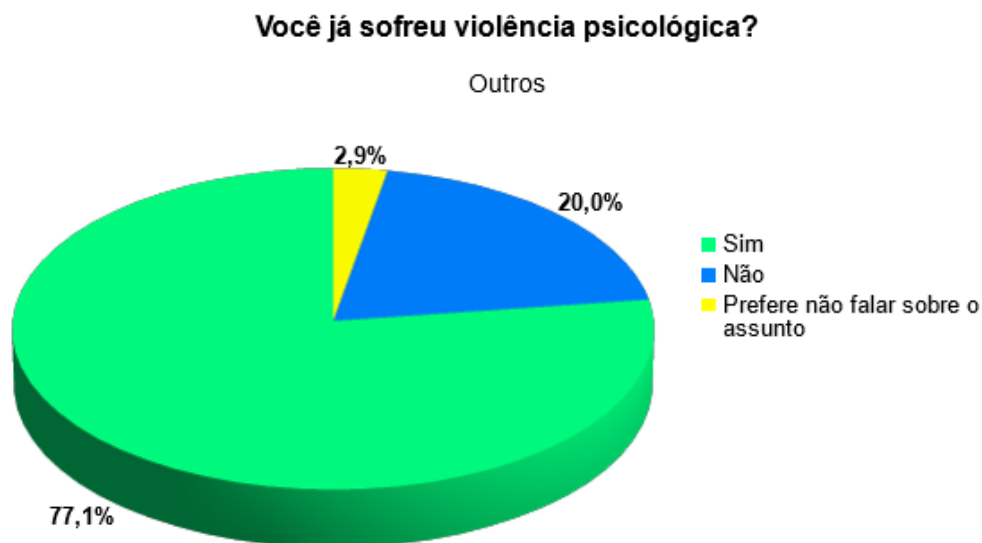


Gráfico 28 - Você já sofreu violência psicológica? Outros - Orientação Sexual, 2017
 Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Assim como na violência física e sexual, as mulheres que não seguem o padrão heteronormativo são as que mais sofrem violência psicológica. Esta situação pode ter como motivos tanto a homofobia quanto a heteronormatividade, já que ser hétero é considerado normal pela sociedade em que vivemos e “qualquer orientação sexual contrária a esses padrões, como a homossexualidade e bissexualidade, por serem

contrárias à dita ‘naturalidade imposta’, não poderiam ser aceitas socialmente” (ALBUQUERQUE; PARENTE; BELÉM; GARCIA, 2016, p. 101).

Agora, tendo como base o nível de escolaridade que as estudantes estão inseridas, observa-se uma curta diferença no número de estudantes que sofreram violência psicológica nos cursos de Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Subsequente e o Ensino Superior, nestes ficaram em torno de 50% das estudantes vítimas, enquanto no curso do PROEJA sobe para 70% das estudantes, como mostra o gráfico a seguir:

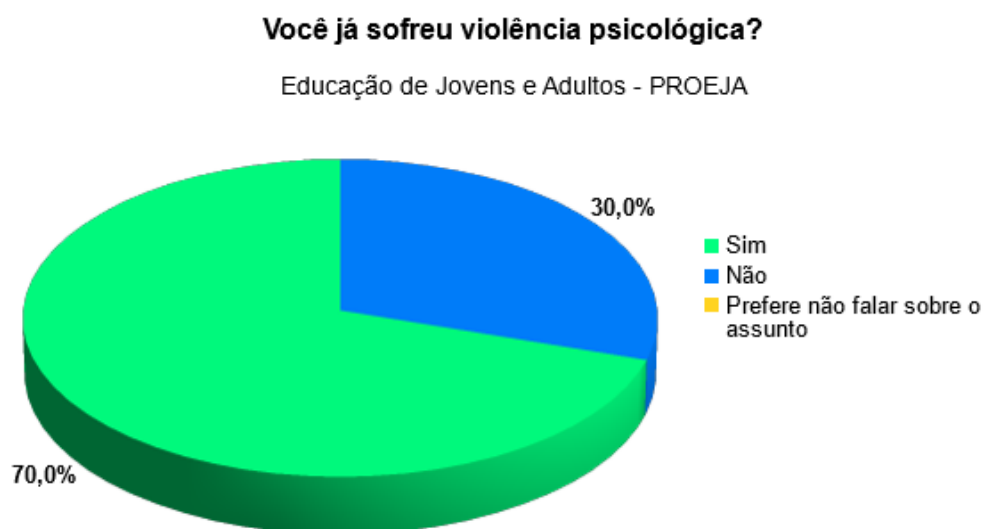


Gráfico 29 - Você já sofreu violência psicológica? Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, 2017

Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

No que se refere à renda, não se pode observar ampla diferença para as vítimas estudantes com a renda familiar até R\$ 1.760,00 (57,14%), de R\$ 1.761,00 a R\$ 5.280,00 (55,20%) e acima de R\$ 5.281,00 (54,76%), ou seja, a violência psicológica está presente em todas as classes.

Em relação ao autor da violência psicológica obteve-se respostas diversificadas, mas que giravam entre figuras masculinas de convívio constante, como amigo/conhecido, seguido pelo ex-namorado/ex-marido, o pai, o atual namorado/marido, como mostra o gráfico a seguir:

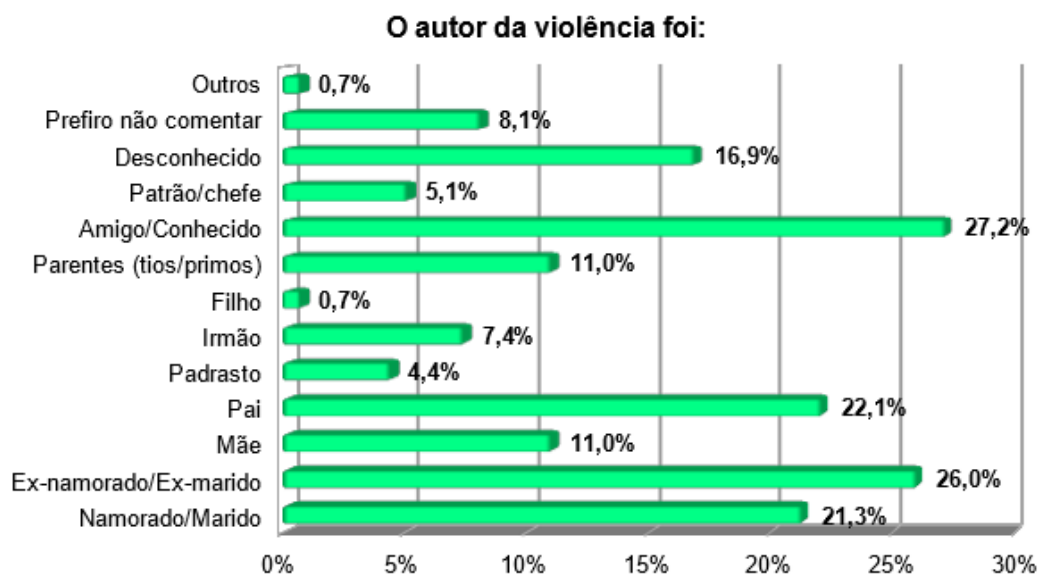


Gráfico 30 - Violência psicológica: Autor, 2017

Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Com essas informações, nota-se que os atuais e ex-cônjuges têm uma ampla porcentagem como autor na violência que engloba qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima e isso pode se dar ao fato que a palavra de pessoas mais próximas tendem a machucar mais a pessoa em si.

Depois foi questionado o local em que essa violência aconteceu, nessa questão também era possível escolher mais de uma questão como resposta, tendo como resultado que a maioria dos ocorridos aconteceram em casa, como se pode verificar no gráfico abaixo:

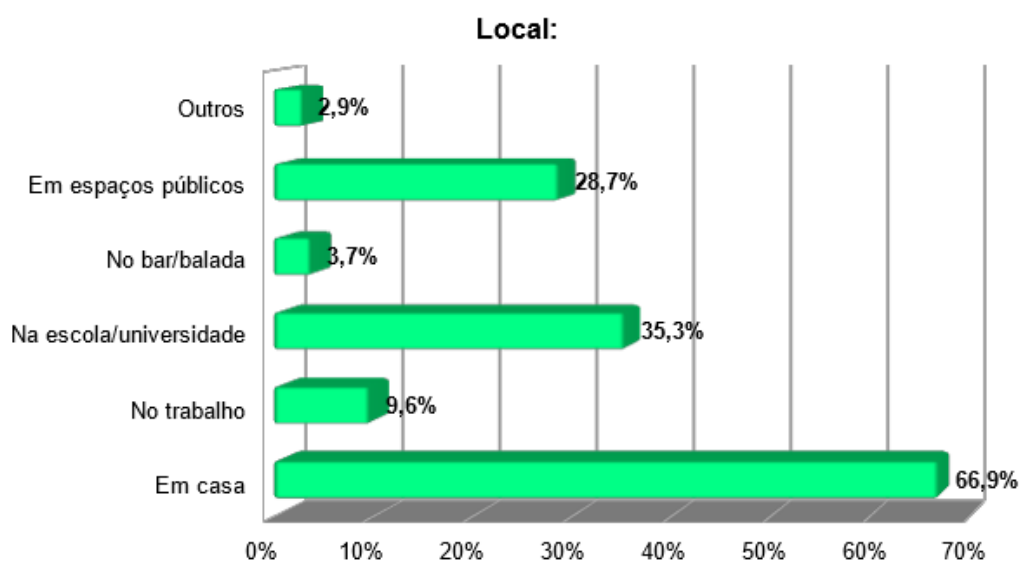


Gráfico 31 - Violência psicológica: Local, 2017

Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Com isso é possível perceber que o local em que a violência psicológica mais se manifesta é em casa e o que deveria ser o lugar mais seguro para a mulher, mostra-se tendo o efeito contrário. E quando questionadas sobre quando foi ocorrido a violência psicológica, as respostas mostram que em sua maioria o ocorrido foi no ensino médio, acompanhado de uma breve diferença na fase adulta e no ensino fundamental, como se pode analisar no gráfico a seguir:

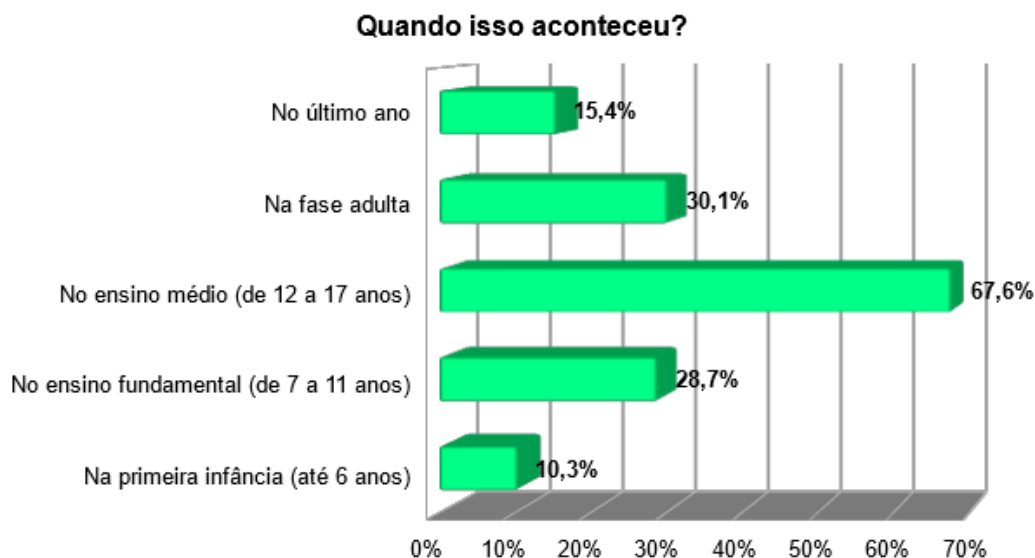


Gráfico 32 - Violência psicológica: Quando aconteceu, 2017

Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Nessa questão não se pode afirmar que a maioria da violência psicológica ocorre no ensino médio, tendo em vista que das 55,7% estudantes que afirmaram já ter sofrido desta violência, mais de 40% ainda não atingiram 18 anos.

Na última questão específica sobre violência psicológica foi perguntado o que a vítima fez depois do acontecido, como resposta se obteve que apenas 5,7% estudantes denunciaram aos órgãos competentes, e a metade das estudantes mulheres do IFSC/JAR não fizeram nada após sofrerem violência psicológica, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

O que você fez depois do acontecido?

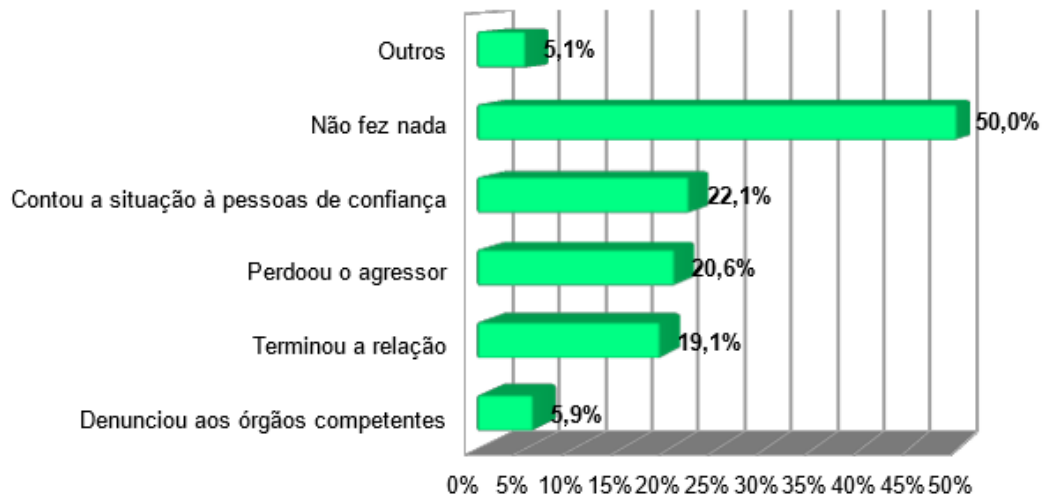


Gráfico 33 - Violência psicológica: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fontes: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Ao analisar que 50,0% não tiveram reação para denunciar o agressor, entende-se que este tipo de violência, apesar de ser o segundo mais grave na opinião das estudantes, é ainda um tipo de violência que gera pouco registro de denúncia, pois normalmente vem acompanhado de outro tipo de violação que aí sim pode levar a pessoa a denunciar. Muitas não têm coragem de denunciar por medo, vergonha ou até mesmo acreditar novamente que foi a última vez, além disso pode se levar ao fato de a mulher achar que é a culpada, como pontuado por uma das estudantes em uma pergunta discursiva “[...] fere o íntimo da pessoa, faz com que a mulher se sinta diminuída, louca e "errada" por situações que ela não tem culpa.” (ESTUDANTE 9, 2017).

Como afirmado anteriormente, a violência psicológica foi apontada como a segunda mais grave (17,2%), ficando atrás apenas para a sexual (58,2%), como mostrado anteriormente no gráfico 17. Mostrando assim, que mesmo sendo a violência com maior identificação entre as estudantes mulheres do IFSC/JAR, não é considerada a mais grave pelas mesmas. Ao questionar o motivo de ser a mais grave algumas estudantes responderam essa violência pois “Baixa a autoestima e acaba desestruturando a vida da mulher aos poucos, sendo que poucas pessoas entendem que esse também é um tipo de violência contra à mulher e acham que é frescura” (ESTUDANTE 113, 2017). Outra falou: “A violência psicológica está associada a todos os outros tipos de violência, alguém que foi estuprada, por exemplo, vai sofrer traumas psicológicos intensos.” (ESTUDANTE 2, 2017), esses traumas foram evidenciados na resposta de outra estudante que mostrou o

motivo como “[...] além de maltratar a pessoa isso afeta no seu confiança, sua autoestima, no qual isso pode até causar pensamentos de morte para determinada pessoa.” (ESTUDANTE 16, 2017).

4.3.4 Violência Moral

Dentre as violências contra a mulher estudadas pelo grupo, a violência moral é uma que não tem tanta visibilidade sozinha, por sempre estar diretamente ligada a outras violências, como a psicológica, física e sexual, segundo Segato:

[...] é uma ação que envolve agressão emocional, ainda que não seja consciente e deliberada. Trata-se da argamassa para todos os outros tipos de violência de gênero, podendo ocorrer sem ofensa verbal explícita, por meio de gestos, atitudes ou olhares, uma vez que se inscreve no ambiente costumeiro (SEGATO apud BANDEIRA, 2014, p.459).

Devido a isso, foi possível perceber um alto número de vítimas de tal violência, sendo que quase a metade das estudantes que afirmaram sofrer ou que já sofreram violência moral também sofreu psicológica, 37,5% sofreu além da moral também a sexual. Quando foi perguntado às estudantes do IFSC/JAR se elas já sofreram violência moral, levando em consideração que fora mencionado que a violência é a ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher, apenas 26,2% responderam que sofrem ou já sofreram a violência. Diante do número reduzido de casos neste tipo de violência, optou-se por dar mais visibilidade aos outros tipos no que se refere ao perfil da estudante que sofre violência moral.

No que se refere ao autor da violência moral, pode-se observar no gráfico abaixo que amigos e conhecidos seguidos por ex-namorado ou ex-marido são os principais autores relatados.

O autor da violência foi:

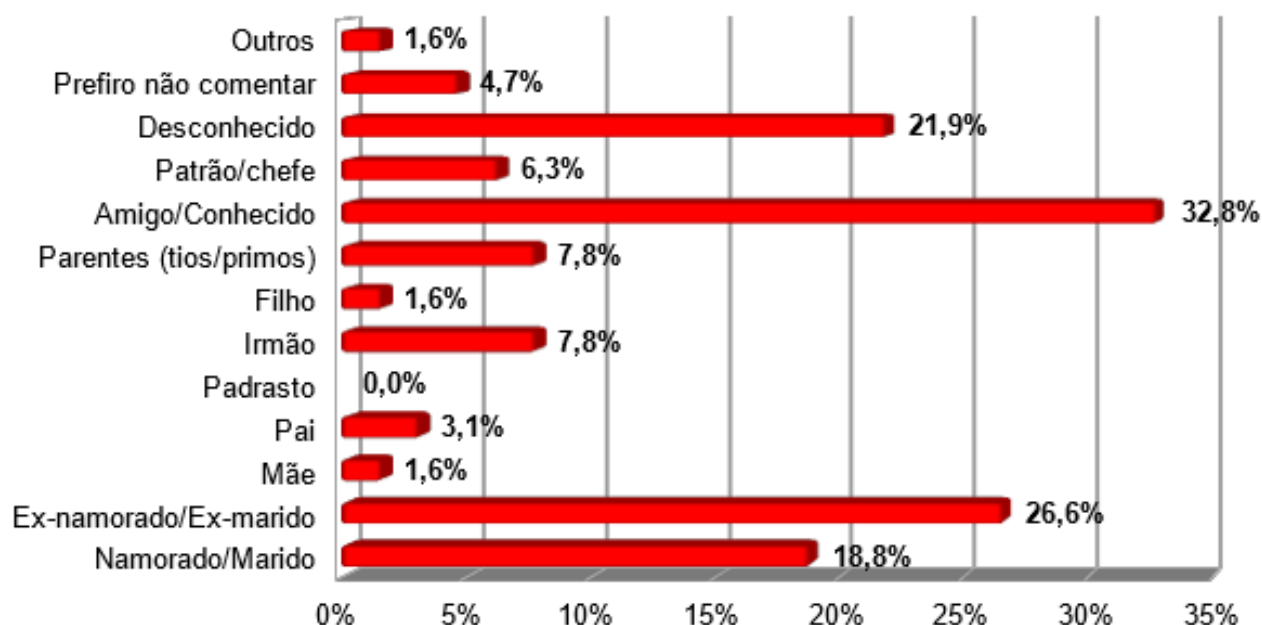


Gráfico 34 - Violência moral: Autor, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Também foi de importância para a pesquisa do grupo relacionar a quantidade de mulheres vítimas ao período que foram violentadas, se esta violência era frequente e também quais foram suas ações após o ocorrido.

Com estas informações, foi possível analisar que, a maioria das estudantes alega que o âmbito em que o ato violento foi praticado foi sua casa e em espaços públicos, assim como é possível perceber nos gráficos a seguir:

Local:

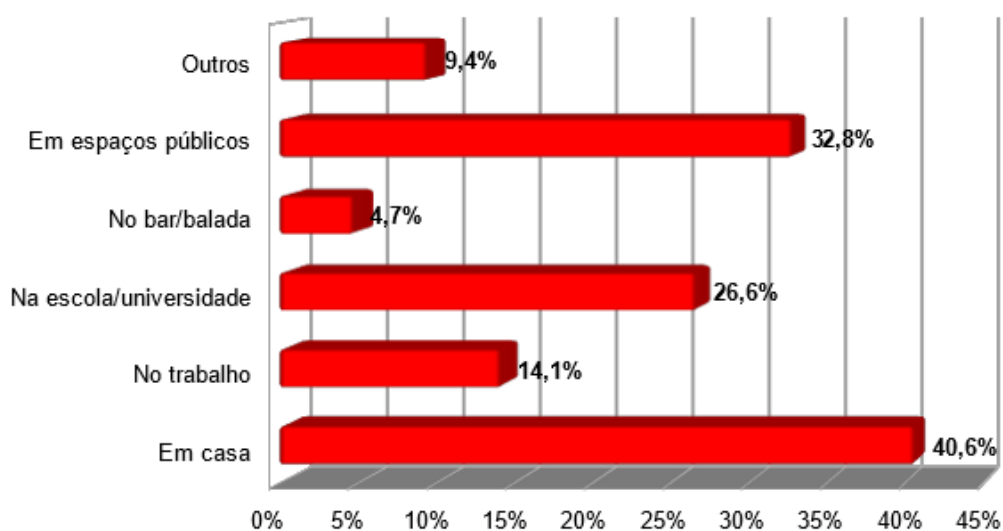


Gráfico 35 - Violência moral: Local, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Para aprofundamento da pesquisa, também foi questionado às estudantes quando a violência teria se manifestado, 53,1% respondeu ter ocorrido no ensino médio (de 12 a 17 anos) e 31,3% na fase adulta, o que corresponde muito com os resultados obtidos na questão anterior, já que a maioria das estudantes que alegam ter sofrido a violência, são jovens ou já passaram pela adolescência e hoje estão na fase adulta.

Ao perguntar o que as estudantes teriam feito após a violência e, infelizmente, 54,7% das estudantes responderam que não fizeram nada, por não se sentirem à vontade, ou achar que as leis não as protegem, já os principais agressores foram próximos dela, outra hipótese justificante de a estudante não denunciar o ocorrido seria pois estaria sofrendo ameaças ou fora induzida a pensar que denunciar não mudaria sua situação já que “foi ela quem causou”. Em contraponto, houve um percentual de 21,9% das estudantes que terminou a relação após a prática da violência, assim como é perceptível no gráfico:



Gráfico 36 - Violência moral: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

4.3.5 Violência patrimonial

Foi questionado às mulheres estudantes do IFSC/JAR, se as mesmas já haviam sofrido violência patrimonial que, segundo a Lei Maria da Penha, pode ser classificado

como violência patrimonial qualquer conduta que possa causar perda ou destruição, seja total ou parcial de bens, podendo ser tanto de recursos materiais, assim como transgressão de princípios, violência, ou relacionado ao caráter financeiro como por exemplo o atraso de algum pagamento ou quitação de dívida, ou seja, qualquer procedimento que danifique o patrimônio seja ele físico ou moral.

De forma geral, quando perguntado às estudantes se as mesmas já haviam sofrido violência patrimonial, uma pequena parcela alegou já ter sofrido esse tipo de violência, e a grande maioria respondeu que não a sofreu.

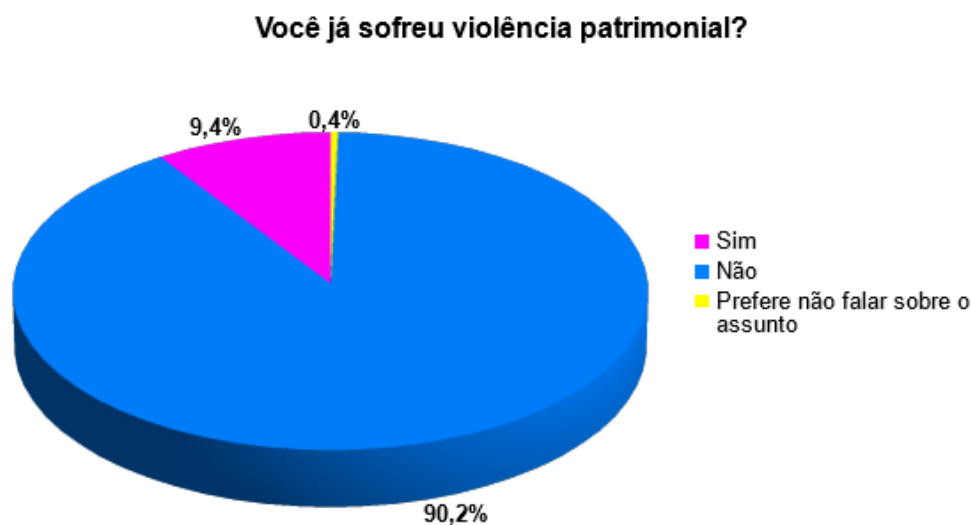


Gráfico 37 - Você já sofreu violência patrimonial? 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Com estes dados, deve-se ressaltar que este modo de violência na maioria das vezes não é considerado realmente uma violência, muitas pessoas tratam como uma normalidade e cogitam ser um episódio de ciúmes e/ou algo semelhante, por isso os números podem ter se revelado altos em relação a quem não sofreu violência patrimonial. É importante mencionar ainda que ela está mais presente entre os estudantes com 30 anos ou mais.

Como houve um elevado número de discentes que não sofreram desta expressão de violência, entende-se que possivelmente seja um dos tipos de violência menos ocorrido ou menos reconhecido como tal, já que é muito comum a violência patrimonial ser praticada juntamente com outras, “pois não deixam de se relacionar as outras formas de violência sofrida e deverão ser aplicadas pelo magistrado, se necessário junto com outras medidas previstas pela lei” (PEREIRA et al., 2013, p.7).

Das estudantes violentadas, ao questionar em que período a violência se manifestou, percebe-se que houve um maior número de vítimas desta violência na fase adulta, adolescência e pré-adolescência. Subentende-se que uma das causas da violência ter ocorrido em maior quantidade na fase adulta da vida das mulheres, pode ser o fato de que é considerado uma realidade cultural a supremacia do homem perante a mulher que começa desde a infância, onde já existe uma cultura repressora, que lhe ensine a inferioridade, conseqüentemente fazendo com que a vítima “não ache necessário” enfrentar a repressão. Poderia de certo modo então dizer que este fenômeno já é visto como algo cultural não somente no Brasil, mas no mundo todo, já que a violência infantil, como se pode perceber é algo praticado desde tempos primordiais na história da sociedade.



Gráfico 38 - Violência patrimonial: Quando aconteceu, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Analisando o gráfico abaixo, pode ser visto que na maioria dos casos o autor da violência veio a ser o namorado, ex-namorado ou o pai. Quando questionado o local, a maioria das respostas foram em casa, seguido por espaços públicos. Nos demais locais houve uma mesma quantidade de incidentes em cada caso, demonstrando que na maioria das vezes a violência tende a ocorrer em espaços domésticos, ou seja, espaços em que a vítima está adaptada, sendo agredida por pessoas normalmente íntimas.

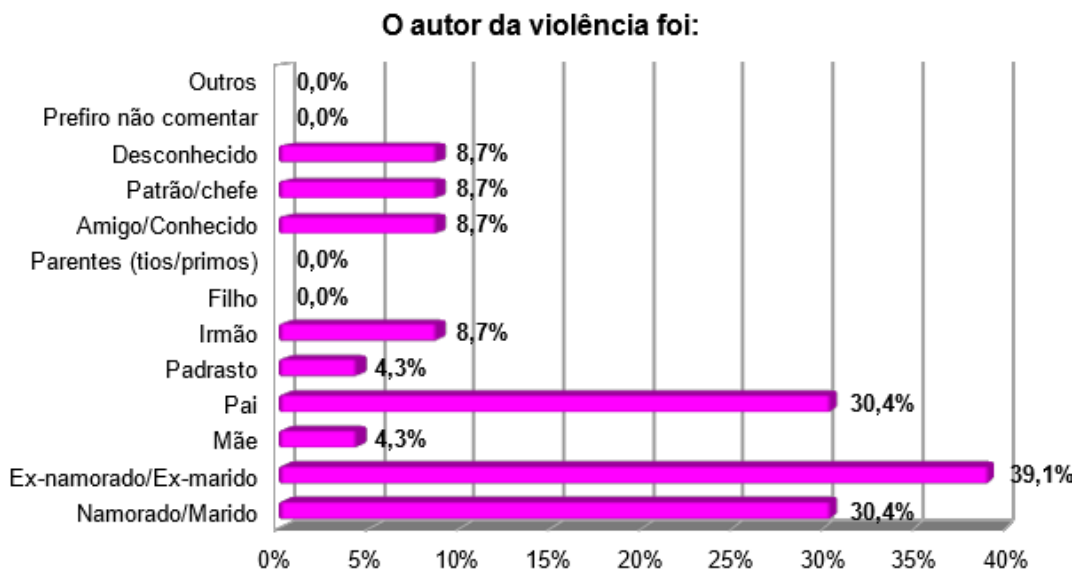


Gráfico 39 - Violência patrimonial: Autor, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

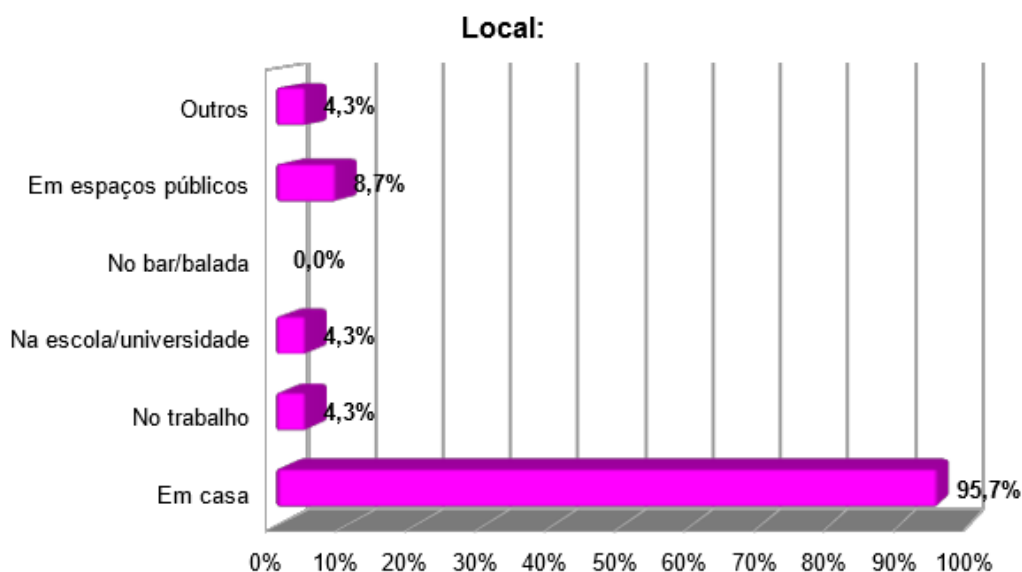


Gráfico 40 - Violência patrimonial: Local, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Em relação à atitude que a vítima teve após o incidente, foi obtido uma maior variação de respostas. A maioria não fez nada após o ocorrido, outra parcela terminaram a relação e uma mesma quantidade de alunas relatou a situação a alguém, um grupo reduzido perdoou o agressor, onde pode ser tomado essa resposta como um fator de a

vítima achar que foi um episódio momentâneo. Uma quantia muito reduzida relatou ter denunciado o ocorrido, e 4,30% tomaram outras providências que não se encaixam nas descrições anteriores.

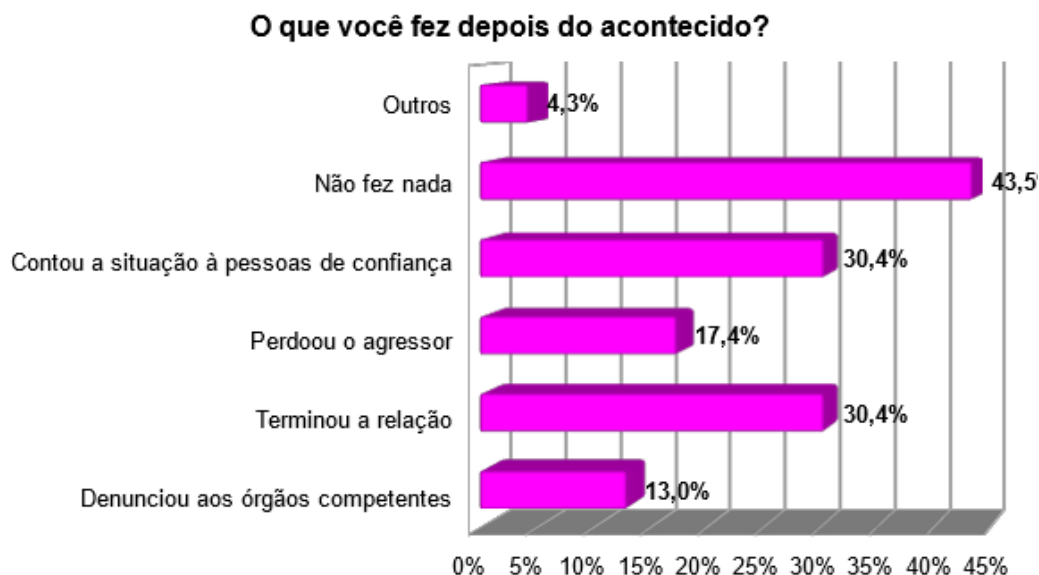


Gráfico 41 - Violência patrimonial: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Como pode ser observado, houve um grande número de mulheres que não tomaram medida alguma, demonstrando que muitas vezes o agressor sai impune de seus errôneos atos, seja por desconhecimento da vítima sobre seus direitos ou por piedade, esses dados demonstram que muitas vezes a violência patrimonial acaba por não ser tratada com a importância e seriedade que deveria, tornando-se um problema social e deixando o agressor impune não somente pela própria vítima, mas em alguns casos, negligenciado até mesmo pelas autoridades.

A violência patrimonial contra a mulher é fato negligenciado nos atendimentos das mulheres em situação de violência doméstica, gerando pouca judicialização da tutela por direitos patrimoniais, pela via do direito penal. Nesse diapasão, a Lei Maria da Penha não encontra a aplicabilidade e a eficácia esperada pelo direito interno ou pelos órgãos internacionais de direitos humanos das mulheres (OLIVEIRA, 2013, p. 88).

4.3.6 Violência Institucional

No decorrer da aplicação dos questionários foi perguntado também se as alunas do IFSC/JAR haviam sofrido algum tipo de violência Institucional, sendo que a mesma é exercida pelos serviços públicos ou pela má qualidade dos mesmos, podendo ocorrer em formas de peregrinação por diversos serviços até receber atendimento, desqualificação da experiência de vida de mulher, falta de escuta, frieza no atendimento e também através de maus-tratos dos profissionais para com os usuários.

O gráfico a seguir apresenta um resultado geral da quantidade de violência institucional cometida com as estudantes do IFSC/JAR.



Gráfico 42 - Você já sofreu violência institucional? 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Em relação ao local e ao autor deste tipo de violência, a maioria das estudantes afirmaram terem sido vítimas dessa violência em espaços públicos (72%), sendo que o principal agressor foi uma pessoa desconhecida, como mostra o gráfico abaixo:

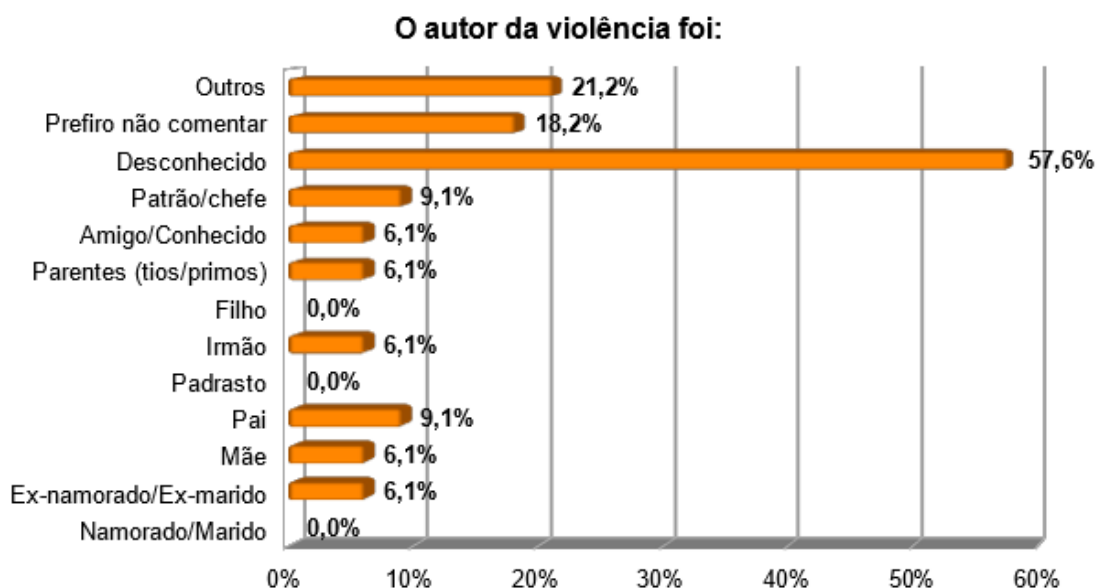


Gráfico 43 - Violência institucional: Autor, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Pode-se observar que este tipo de violência está mais presente na fase adulta das estudantes, pois a maioria delas, cerca de 69,8% afirmaram terem sofrido a violência neste momento de vida, seguido por 30,3% que respondeu que ocorreu no período do Ensino Médio, porém, considerando que muitas das estudantes que responderam o questionário são adolescentes, pode-se constatar que os episódios de violência institucional são recentes.

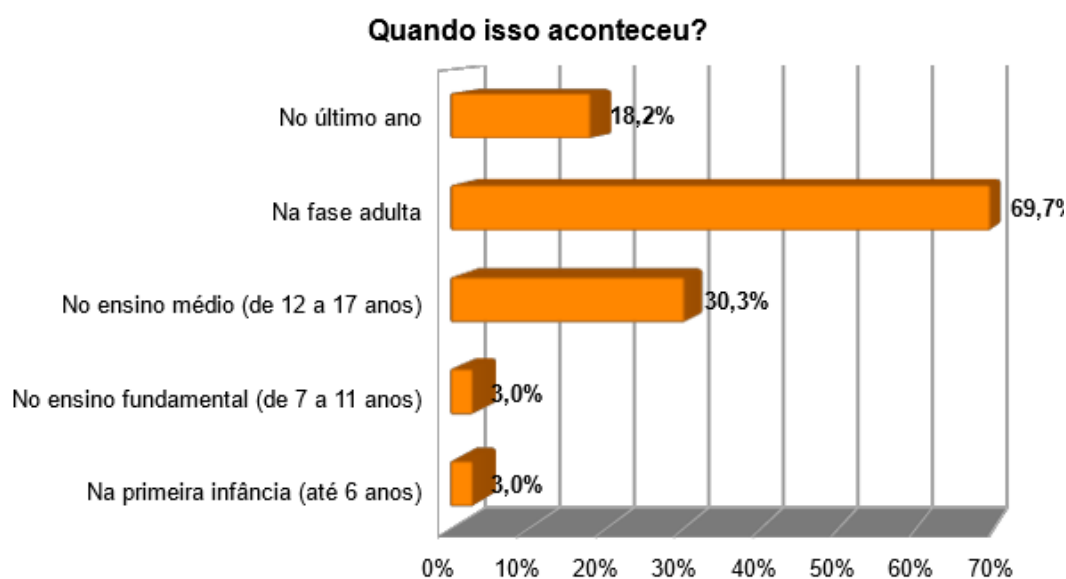


Gráfico 44 - Violência institucional: Quando aconteceu, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Entende-se que esta informação está também relacionada à faixa etária das estudantes vítimas, pois se observa que a violência institucional é muito mais frequente entre estudantes com 30 anos ou mais, cerca de 34% delas afirmaram terem sido vítimas, enquanto entre as estudantes adolescentes este número ficou em 7% e nas jovens em 13%.

Mais uma vez, quando questionadas sobre o que fizeram após o ocorrido, nota-se que a maioria das estudantes não fez nada, mesmo se tratando de uma violência que não foi praticada por alguém próximo. Dentre os motivos para as mulheres não denunciarem o fato, além do medo do agressor, é possível destacar outros motivos como “não conhecer seus direitos; percepção de que nada acontece com o agressor quando denunciado” (BIANCHINI, 2011, p. 3 e 4). O gráfico a seguir mostra as respostas das alunas:



Gráfico 45 - Violência institucional: O que a estudante fez após o acontecido, 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

4.4 Percepções das estudantes sobre violência contra a mulher

Para entender de que forma as estudantes percebem a violência contra a mulher no seu cotidiano, inicia-se perguntando quais os tipos de violência contra a mulher que as estudantes tinham conhecimento antes de iniciar o questionário e observa-se que a violência física, sexual e psicológica e moral são as expressões que as estudantes mais conhecem. A partir desse resultado se pode analisar que estas quatro violências são as que mais têm visibilidade e este resultado pode ser pelo motivo de as estudantes terem mais acesso a informação sobre os abusos no seu meio, como na internet, com os pais,

e até mesmo campanhas, já a violência institucional e patrimonial podem não ter tido tanta visibilidade porque são pouco abordadas pela mídia.

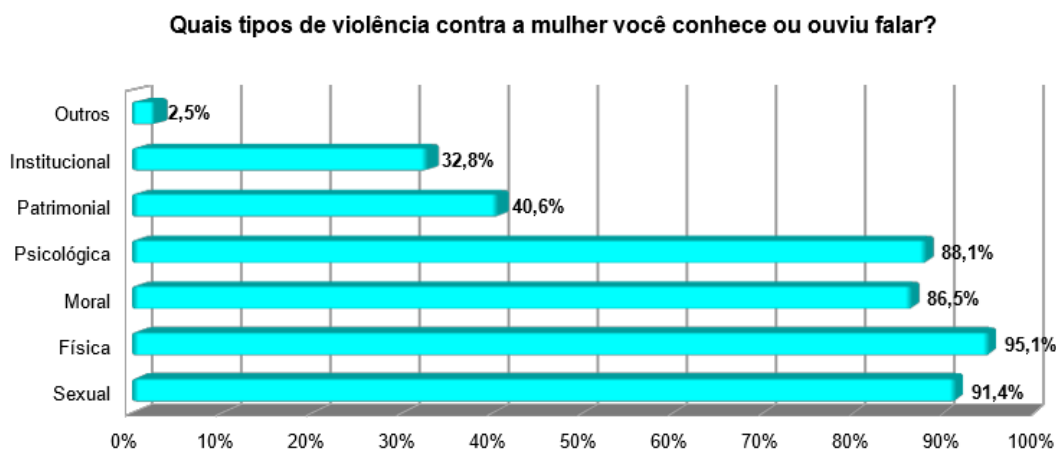


Gráfico 46 - Quais tipos de violência contra a mulher as estudantes conhecem ou já ouviram falar, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo.

Em seguida é perguntado se as estudantes consideram que as mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens na sociedade, a maior porcentagem das estudantes alegou que o tratamento entre os sexos era desigual e apenas uma pequena quantia afirmou que ambos têm o mesmo tratamento.



Gráfico 47 - Mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens? 2017

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Dentre as justificativas das estudantes que não consideram que homens e mulheres recebem o mesmo tratamento, as respostas mais frequentes foram relacionadas

ao machismo, sociedade patriarcal e desigualdade de salários, como é possível observar nas falas a seguir:

Pois a sociedade ainda está em uma configuração determinada pelo patriarcado, que determina suas linhas de poder - tais linhas de poder colocam os homens como maiores detentores de recursos materiais e também simbólicos dessa sociedade. Assim, essas relações de poder continuam sendo reproduzidas e consolidadas, embora com alguns grupos de resistência cada vez mais frequentes. Isso significa que ainda há uma dominação do sexo masculino e maior valorização do mesmo em aspectos sociais, em contraste com o sexo feminino, que é inferiorizado. (ESTUDANTE 154, 2017).

Se, por exemplo, uma aluna frequenta muito o horário de atendimento de um professor homem, as pessoas começam a dizer que eles estão tendo um caso, mas se for um aluno menino, tudo bem. (ESTUDANTE 141, 2017).

Salário diferente para homens e mulheres mesmo estando no mesmo cargo. Sem profissões variadas, porque muitos cargos são considerados para homens. Ser assediada diariamente pelos homens, não podendo se defender, etc. (ESTUDANTE 1, 2017).

Entre as poucas estudantes que consideram que as mulheres têm o mesmo tratamento que homens, a única justificativa obtida segue a lógica da meritocracia e afirma que: “Todos têm o mesmo direito e acesso às mesmas informações, o que diferencia é o quanto você se esforça a fim de atingir seu objetivo de vida” (ESTUDANTE 171, 2017). Como a maioria das estudantes que contribuíram com a pesquisa, entende-se que as condições sociais e materiais das mulheres nem sempre contribuem para que ela tenha igualdade de acesso se comparada aos homens, uma vez que as mulheres desempenham diversos papéis e diversas jornadas de trabalho, trazendo dificuldades que não são colocadas aos homens.

Quando houve o questionamento de porque as mulheres recebem (ou não) o mesmo tratamento que homens, foi de suma importância para o grupo, entender também em qual grupo social a estudante se sentia mais respeitada.

Para você, em qual grupo social a mulher é mais respeitada?

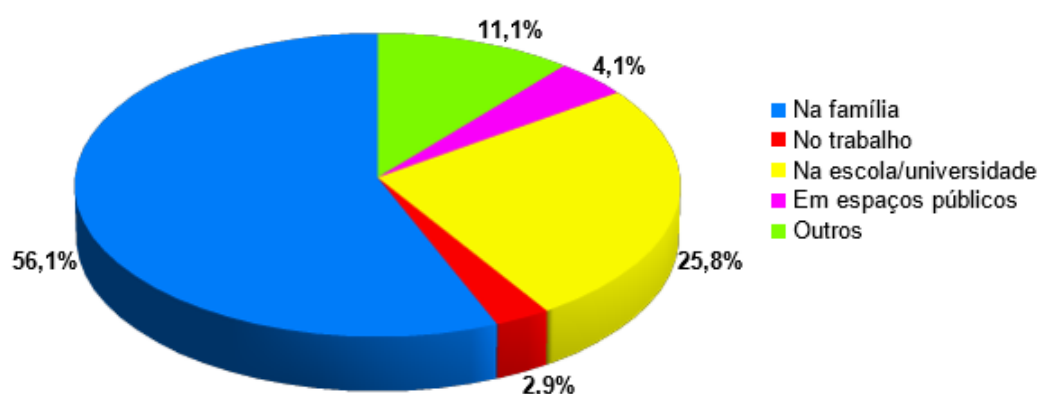


Gráfico 48 - Para você, em qual grupo social a mulher é mais respeitada? 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Como se pode observar, as mulheres se sentem mais respeitadas na família, onde contraditoriamente é também o espaço privilegiado para as situações de violência contra a mulher.

Também se questionou às estudantes se elas acreditavam que as leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas. Como é possível verificar no gráfico abaixo, a maior parte das estudantes, não acreditam que a legislação protege as mulheres vítimas de violência.

Para você, as leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas?

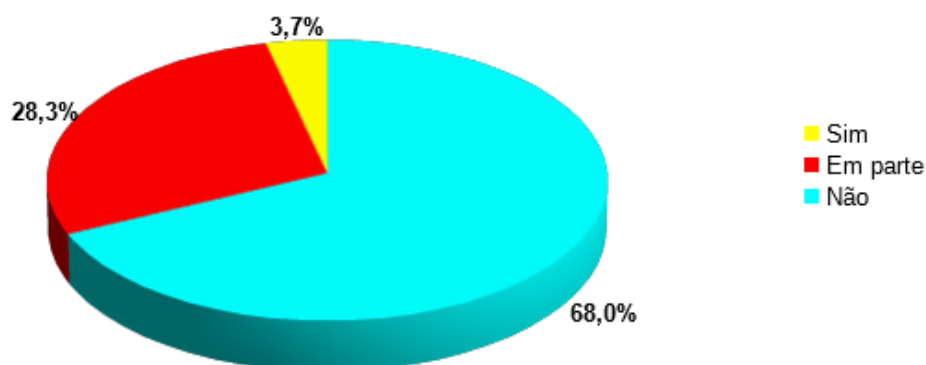


Gráfico 49 - As leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas? 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Como pode ser notado, em todos os tipos de violência, a maior parte das mulheres não toma nenhuma atitude em relação à violência sofrida, agora se pode verificar que a falta de crença nas leis brasileiras é um importante motivo para isso. Entende-se que a legislação brasileira sobre a violência contra a mulher, apesar de se apresentar como uma referência para outros países, ainda não é suficiente para garantir proteção às vítimas, uma vez que o sistema de proteção ainda é falho, os processos demoram muito para ser concluídos, falta serviços de atendimento, bem como a humanização do atendimento, pois muitas mulheres não se sentem acolhidas quando decidem fazer a denúncia.

Ao final do questionário, foi indagado às estudantes o quão desconfortáveis elas se sentiram ao responder o mesmo. Cerca de 43,0% das estudantes assinalaram a opção “1” que indica “nenhum desconforto”, mas em contraponto, 8,2% relataram se sentir muito desconfortáveis, assinalando a opção “10”.

Numa escala de 1 a 10, onde o número 1 nada e o número 10 significa muito, quanto desconfortável você se sentiu ao responder este questionário?

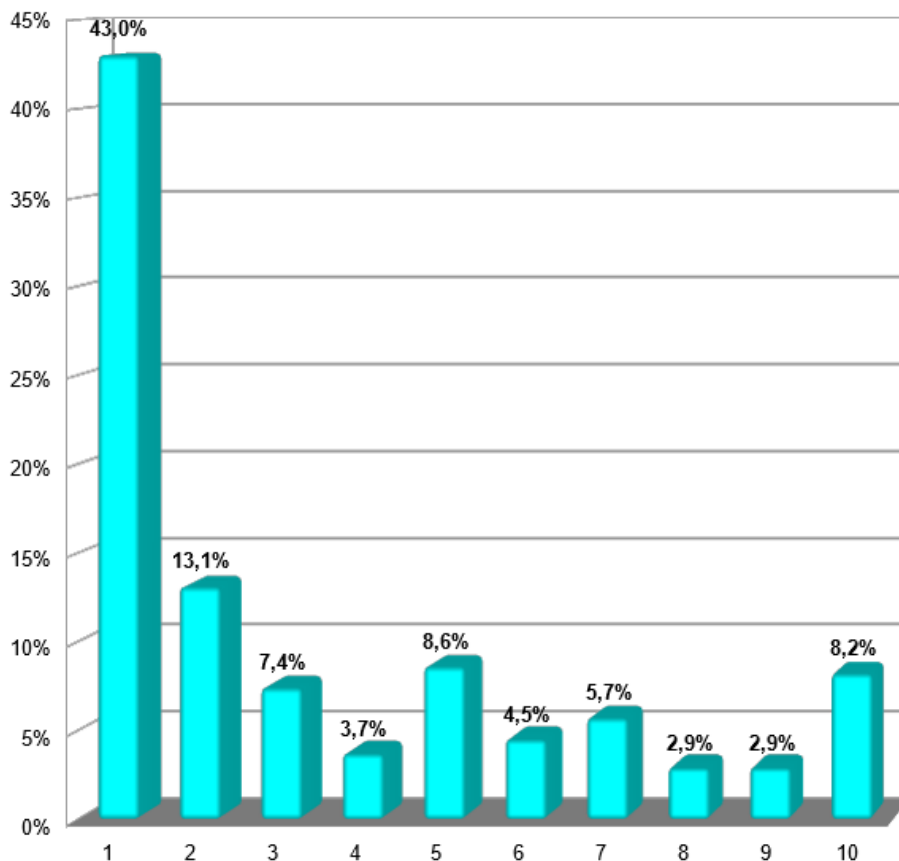


Gráfico 50 - Quanto foi desconfortável responder o questionário, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Percebe-se então, que grande parte das estudantes não se sentem incomodadas ao relatar sobre violência contra a mulher, visto que tal informação pode ser considerada um ponto positivo, pois as estudantes estão mais abertas a falar sobre o assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal verificar se as estudantes mulheres do IFSC/JAR já sofreram ou sofrem algum tipo de violência e como esta violência se manifesta.

Consideramos que a maioria dos objetivos foram alcançados. Evidenciamos que o principal tipo de violência sofrido pelas estudantes é a violência psicológica, seguida pela violência sexual; levantamos dados em que mostram que os tipos de violência mais conhecidos pelas estudantes é a violência física e a sexual, seguida pela violência psicológica e moral. Foi observado que a maioria das estudantes não denunciam a situação de violência ao qual foram submetidas e não acreditam que a legislação brasileira realmente protege as vítimas de violência. Percebemos que a violência sexual é praticada tanto por conhecidos como desconhecidos, já as violências físicas, psicológicas, morais e patrimoniais são principalmente cometidas por conhecidos, principalmente amigos, companheiros e ex-companheiro e pelo pai.

Quanto ao objetivo “averiguar a frequência em que episódios violentos aparecem na vida das estudantes” avaliamos que o mesmo não foi atingido, pois, considerando que estamos pesquisando o histórico de violência sofrida pelas estudantes, optamos por perguntar em qual momento da vida delas essas violências foram presentes, porém foi avaliado que a falta desta informação não interferiu nos resultados finais da pesquisa.

Com base nestes objetivos, foram fundamentadas as seguintes hipóteses: a maioria das mulheres do IFSC/JAR já sofreram algum tipo de violência. Esta hipótese foi corroborada através da análise dos dados, já que apenas se tratando de violência psicológica, mais da metade das estudantes que responderam o questionário online foram vítimas desta.

A segunda hipótese dizia que mulheres na faixa etária de 14 a 21 anos acabam sendo mais vítimas de assédios. Analisamos que esta hipótese não pode ser corroborada e nem refutada pelo grupo através da metodologia aplicada, pois o questionário não tinha uma questão dirigida sobre assédio especificamente, sendo que as situações de assédio poderiam aparecer tanto na violência sexual como na violência moral. No entanto, a partir dos cruzamentos de dados, percebemos que estudantes com idade de 14 a 21 anos acabam sendo mais vítimas de violência sexual do que estudantes de outras faixas etárias, o que pode indicar que são mais vulneráveis ao assédio sexual.

Outra hipótese era que as estudantes casadas ou que vivenciam algum relacionamento e que vieram a sofrer algum tipo de violência, em sua maior parte o agressor foi seu parceiro. Esta suposição se confirma, através dos cruzamentos de dados, se tratando apenas de três tipos de violência: física, psicológica e patrimonial, tendo como agressor o parceiro da vítima (namorado/marido e/ou ex-namorado/ex-marido). Se tratando de violência sexual, moral e institucional, a hipótese é refutada pois nestes tipos de violência em sua maioria os agressores não é/foi o parceiro da vítima.

No que se refere à hipótese de que a violência por parte dos pais se manifesta com mais frequência em estudantes de 14 a 17 anos, observamos que isso acontece principalmente quando se trata de violência patrimonial, nos demais tipos de violência não são os pais que são os principais agressores. Como dito anteriormente, confirma-se a hipótese de que a maioria das estudantes não denunciam o ocorrido.

Quanto a realização da pesquisa, importante destacar que a principal dificuldade encontrada pelo grupo foi o curto prazo para a realização de uma pesquisa com essa dimensão. A coleta de dados durou mais tempo que o previsto, pois dependia da disponibilidade dos laboratórios de informática, bem como da disponibilidade do professor em liberar as estudantes de acordo com o cronograma pré-estabelecido. Já com os dados coletados, observa-se que o volume de informações era muito grande e o que proporcionava muitas possibilidades de análise dos dados, por grupos específicos ou por tipos de violência.

Se considerarmos as expressões de violência contra as mulheres a partir do nível de escolaridade aos quais estão inseridas, por exemplo, podemos observar que as estudantes do PROEJA são as que mais sofrem violência física (70%). A violência psicológica e moral também é muito presente na vida dessas estudantes, seguida pela violência sexual. Já entre as estudantes dos cursos subsequentes, a violência psicológica é a mais comum, cerca de 61,7% já foram vítimas, poucas relatam violência física e uma parte significativa (53%) relata ter sido vítimas de violência sexual. Entre as alunas do curso superior, a violência mais comum é a sexual, já que 72,2% das estudantes relataram ter vivenciado alguma situação deste tipo de violência. Metade das estudantes relatam terem sofrido violência psicológica, sendo a segunda mais expressiva entre estas estudantes. As estudantes do curso integrado, assim como as estudantes do curso subsequente, são mais vítimas de violência psicológica (54,92%), seguida pela violência sexual (46,7%). A violência moral, patrimonial e institucional são as menos expressivas em todos os níveis de escolaridade.

Entendemos que essa base de dados é uma importante fonte de informação e colocamos à disposição para a instituição. Consideramos que a pesquisa foi importante para nossa formação escolar, como uma efetiva experiência de iniciação científica. Acreditamos que os resultados dessa pesquisa também serão importantes para a instituição, pois com o conhecimento maior sobre a realidade vivida pelas estudantes, a instituição pode gerar ações de conscientização e/ou enfrentamento desta situação. Por fim, é importante mencionar que esta pesquisa foi a primeira que se propôs a abordar este tema com todas as estudantes mulheres do IFSC/JAR e se entende que o assunto não se esgota nessa, pois novas demandas de pesquisa surgem a partir das informações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; PARENTE, Jeanderson Soares; BELÉM, Jameson Moreira; GARCIA, Cintia de Lima. **Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil**. Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro. v. 40, n. 109, p. 100-111, Abr/Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n109/0103-1104-sdeb-40-109-00100.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

BARSTED, 2011 apud CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da lei Maria da Penha**. Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://q1q1qaaaa/www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0391.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

BEAUVOIR, 1949 apud TAVARES, Hellen Olympia da Rocha; ROCHA, Fernando Henrique Morais da. **Gênero e dominação: construções sociais e simbólicas do masculino e do feminino**. In: 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica, Anais. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

FERNANDES, Rodrigo, apud BIANCHINI, **Alice Por que as mulheres não denunciam seus agressores? Com a palavra, a sociedade, 2011, p 3 e 4**. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/por-que-as-mulheres-nao-denunciam-seus-agressores-com-a-palavra-a-sociedade/>>, Acesso em 11 de junho de 2017.

BOTT, 1976; ENGELS, 1884/1964; MALINOWSKI, 1927/1983; MEAD, 1934/1975; MURARO, 1997; ROSALDO, 1895; SCHELSKY, 1968; SMITH, 1973. Apud NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Rio Grande do Sul: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado).

BRASIL, 2011, p. 15 apud CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da lei Maria da Penha**. Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0391.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da lei Maria da Penha**. Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0391.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

CAPITÃO; ROMARO, **A violência doméstica contra crianças e adolescentes, Psicologia pólo américa latina**, s.d, num. 9, abril 2007 p.2. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000100002>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), **Violência contra a Mulher (Lei Maria da Penha) - Formas de Violência**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em: 09 de novembro de 2016.

CONDEGE, Jeane Xaud do, “**A visão de que a violência doméstica só atinge mulheres pobres é totalmente ultrapassada**”, afirma coordenadora do Condege”, 2013. Disponível em : <http://www.compromissoeatitude.org.br/a-visao-de-que-a-violencia-domestica-so-atinge-mulheres-pobres-e-totalmente-ultrapassada-afirma-coordenadora-do-condege/>
Acesso em: 11 de junho de 2017.

CORSI, 1997; FOUCAULT, 1995; GUARESCHI, 2004a, 2004b; ODALIA, 1993; RAVAZZOLA, 1999; apud. NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Rio Grande do Sul: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado).

DEEKE, Leila Platt. **A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro**. Florianópolis, 2007. ix, 68 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSPB0137-D.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Jan/Abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

Violência contra mulheres lésbicas, bis e trans, s.d, p.2 apud FIGUEREDO, Ticiane. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>>. Acesso em: 02 de junho de 2017

GANDONI-COSTA, Lina Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. **Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher**. Revista Estudos de Psicologia. Campinas. Abr/Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

GROSSI, Patricia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de. **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios**. Revista Athenea Digital. núm. 14. outono. 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8144/2/A_Rede_de_Protecao_a_Mulher_em_Situacao_de_Violencia_Domestica_avancos_e_desafios.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

LEVINSKY, 1997 apud NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Rio Grande do Sul: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Aires David, OLIVEIRA Rilker Dutra. **Direito e processo penal**. Redação ESPD, 2007. Disponível em: <<http://esdp.net.br/violencia-domestica-cenario-apos-a-edicao-da-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

LORETO, Maria das dores Saraiva, PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos Pereira, TEIXEIRA, Karla Maria Damiano, SOUSA, Junia Marise Matos de. **O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher** 2013, p 7. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/viewFile/89/156>>. Acesso em 30 de maio de 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 179 p.

LONGHINI, Geni Nuñez et al. **Materiais de apoio ao trabalho sobre sexualidades em sala de aula**. [Florianópolis]: NIGS/UFSC, [2015?]. 14 p.

LUCAS, Ana Cláudia. **Vias de Fato e Lesão Corporal**. 2010. Disponível em: <http://profeanaclaudialucas.blogspot.com.br/2010/07/vias-de-fato-e-lesao-corporal.html>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. 2001, vol.1, n.2, pp.91-102. ISSN 1806-9304. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292001000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Rio Grande do Sul: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Aline Arêdes de. **Violência doméstica patrimonial: a reativização da mulher**. 2013. 88 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/6755>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres; as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei Maria da Penha**. *Revista Direito GV*. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

PIRES, 2002 apud NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. Rio Grande do Sul: UFRGS/Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, 2005. (Dissertação de mestrado).

SANTI, Liliene Nascimento; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina de et al. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/3001>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

SANTI, Liliene Nascimento; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina de et al. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010

apud. Gomes R, Minayo MCS, Silva CFR. Violência contra a mulher: uma questão transcultural e transnacional das relações de gênero. In: Ministério da Saúde (BR). Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília (DF): Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde; 2005. p. 117-40. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/3001>>. Acesso em: 31 de maio de 2017

SANTOS, Eva Teresinha dos. **O Acolhimento como um processo de intervenção do serviço social junto a mulheres em situação de violência**. Florianópolis, 2005. 111 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286865.pdf>> Acesso em: 06 de junho de 2017.

SEGATO, 2003 apud BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado. V. 29. N. 2. Maio/Agosto. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2017

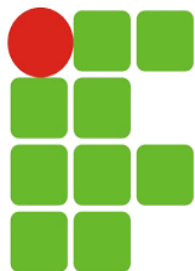
SILVA, Sérgio Gomes, **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**, apud (BANDEIRA & BATISTA 2002). Revista Psicologia e ciência prof. vol. 30 Brasília, setembro 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009>. Acesso em: 04 jun. 2017

SNOW D.L. , SWAN S.C. apud SANTI, Liliene Nascimento; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina de et al. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/3001/art_NAKANO_Percepcao_de_mulheres_em_situacao_de_violencia_2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 de maio de 2017.

UNWOMEM, 2011 apud PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres; as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei Maria da Penha**. Revista Direito GV. São Paulo. Jul/Dez. 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS
JARAGUÁ DO SUL

Este questionário faz parte do projeto de Iniciação Científica “Conectando os Saberes”, da 2ª fase do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do IFSC – Jaraguá do Sul, para que sejam analisadas as “Expressões de Violência Contra a Mulher Estudante do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul”.

Alunas: Alessandra Menegais Ramos, Brendha Taynara Stoeberl, Bruna Meinerz, Giovana Strehl Gauto, Joana de Almeida Zanetti, Scheila Eliza Klitzke.

Orientadora: Giana Carla Laikovski.

A sua participação é muito importante! (Dados pessoais não serão divulgados)

Sobre você:

- Faixa etária: () De 14 a 17 anos () De 18 a 21 anos () De 22 a 29 anos () De 30 a 40 anos () Superior ou igual a 40 anos
- Raça: () Branco(a) () Amarelo(a) () Negro(a) () Pardo(a) () Indígena () Outra:
- Sexo: () Masculino () Feminino
- Gênero: () Mulher () Mulher Transsexual () Homem () Homem Transsexual () Não Binário () Intersexual () Outro: _____
- Orientação sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Pansexual () Assexual () Outro: _____
- Quantas pessoas moram na residência: () 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () 06 () 7 ou mais
- Renda familiar: () Menor que R\$ 880,00 () De R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00 () De R\$ 1.761,00 a R\$ 5.280,00 () De R\$ 5.281,00 a R\$ 13.200,00 () De R\$ 13.201,00 a R\$ 26.400,00

Acima de R\$ 26.401,00

• Estado civil: Solteira com namorado(a) Solteira sem namorado(a) União estável (amasiada) Casada Separada/divorciada/desquitada Viúva

• Quantos filhos você possui?: Não possui filhos. 01 02 03 04 05 Outro.

• Em qual nível de escolaridade você está inserido: Educação de Jovens e Adultos – PROEJA Ensino Médio Integrado Ensino Técnico Subsequente Ensino Superior

• Trabalha? Não Sim Sim, ao longo de todo ano (fixo) Sim, em alguma(s) época(s) do ano (temporário)

• Se sim, em que profissão (opcional): _____

Na sua opinião:

• Você acha que as mulheres recebem o mesmo tratamento que os homens na nossa sociedade?

Sim Às vezes Não

Por quê? (opcional)

• Para você, em qual grupo social a mulher é mais respeitada?

Na família No trabalho Na escola/universidade Em espaços públicos

Outro: _____

• Quais os tipos de violência contra a mulher você conhece ou ouviu falar? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Sexual Física Moral Psicológica Patrimonial Institucional

Outras: _____

Violência sexual:

• Você já sofreu violência sexual (qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, que a induza a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; abusos como a

“encoxada” no transporte público, passadas de mão nas pernas, nádegas, seios e regiões íntimas também são considerados violência sexual)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____

Prefiro não comentar

• Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos

Outro: _____

• Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência física:

• Você já sofreu violência física (qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal, como socos, arranhões, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, etc)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____

Prefiro não comentar

● Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos Outro: _____

● Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

● O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência psicológica:

● Você já sofreu violência psicológica (qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima – como fazer com que a mulher ache que está louca - ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, que controle suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

● O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____ Prefiro não comentar

● Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos Outro: _____

● Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência moral:

• Você já sofreu violência moral (ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Exemplos: expor a vida sexual do casal, publicar fotos íntimas em redes sociais, assédio moral no trabalho, etc)?

Sim Não Prefere não tocar no assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____ Prefiro não comentar

• Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos Outro: _____

• Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência patrimonial:

• Você já sofreu violência patrimonial (qualquer conduta que configure retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. O não pagamento de pensão alimentícia, a proibição de que a mulher trabalhe, o controle dos gastos e do dinheiro da mulher, são exemplos de violência patrimonial)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____ Prefiro não comentar

• Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços públicos Outro: _____

• Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

Violência institucional:

• Você já sofreu violência institucional (é exercida pelos serviços públicos, seja por ação ou por omissão, expressa principalmente pela falta de acesso aos serviços públicos ou pela má qualidade dos mesmos. Exemplos: peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; desqualificação da experiência de vida da mulher; falta de escuta, frieza e pressa no atendimento; maus-tratos dos profissionais para com os usuários; violação dos direitos reprodutivos (discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos acerca dos papéis sexuais e em

relação às mulheres soropositivas [HIV], quando estão grávidas ou desejam engravidar)?

Sim Não Prefere não falar sobre o assunto

Se sim:

• O autor da violência foi: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Namorado/marido Ex-namorado/ex-marido Mãe Pai Padrasto Irmão

Filho Parentes (tios/primos) Amigo/Conhecido Patrão/chefe Desconhecido

Outro: _____ Prefiro não comentar

• Local: (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Em casa No trabalho Na escola/universidade No bar/balada Em espaços

públicos Outro: _____

• Quando isso aconteceu? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Na primeira infância (até 6 anos) No ensino fundamental (de 7 a 11 anos) No ensino médio (de 12 a 17 anos) Na fase adulta No último ano.

• O que você fez depois do acontecido? (Nesta questão é possível assinalar mais de uma alternativa.)

Denunciou aos órgãos competentes Terminou a relação Perdoou o agressor

Contou a situação à pessoas de confiança Não fez nada

Outros: _____

• Dos tipos de violência, qual você considera mais grave? (Se preciso for, assinale mais de uma alternativa)

Sexual Física Moral Psicológica Patrimonial Institucional Outras:

Porquê? _____

—

• Para você, as leis brasileiras protegem as mulheres contra abusos e violências domésticas?

Sim Em parte Não

● Numa escala de 1 a 10, onde o número 1 nada e o número 10 significa muito, quanto desconfortável você se sentiu ao responder este questionário?

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

Se você se sentir à vontade de contribuir com a nossa pesquisa através de uma entrevista sigilosa, deixe seu contato.

Nome: _____

Telefone e/ou email: _____

Agradecemos a sua contribuição!

APÊNDICE II – GRÁFICOS DAS HIPÓTESES



Gráfico Hipóteses 1 - Você já sofreu violência sexual? De 14 a 21 anos, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo



Gráfico Hipóteses 2 - Você já sofreu violência sexual? Superior ou igual a 22 anos, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Autor da violência sexual em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

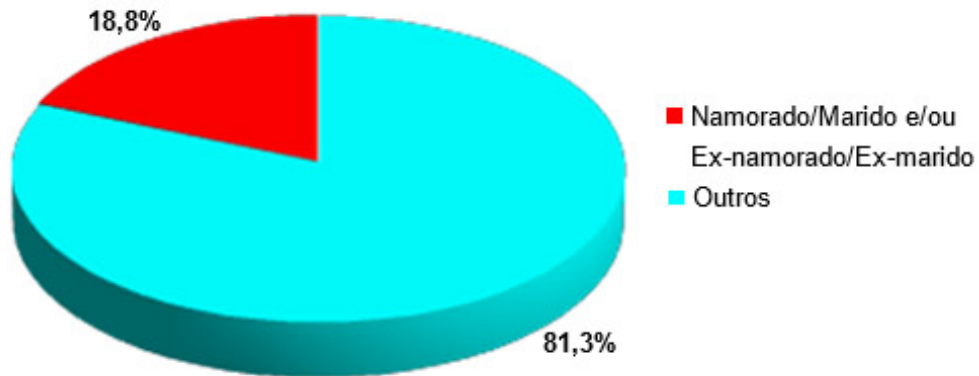


Gráfico Hipóteses 3 - Autor da violência sexual em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Autor da violência física em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

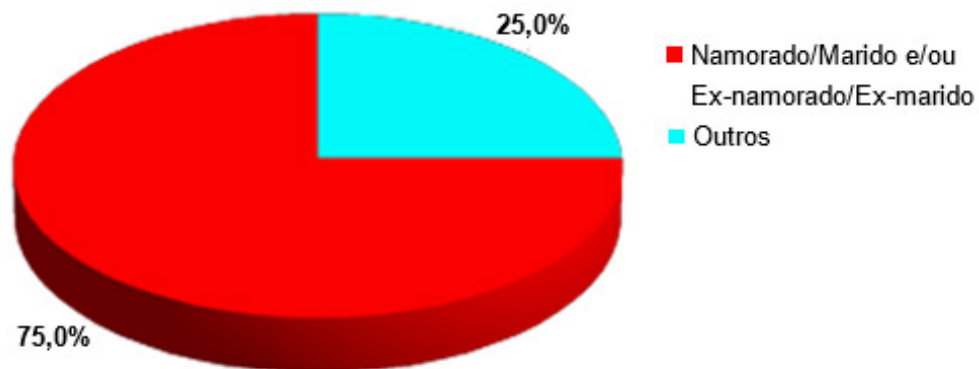


Gráfico Hipóteses 4 - Autor da violência física em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Autor da violência psicológica em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

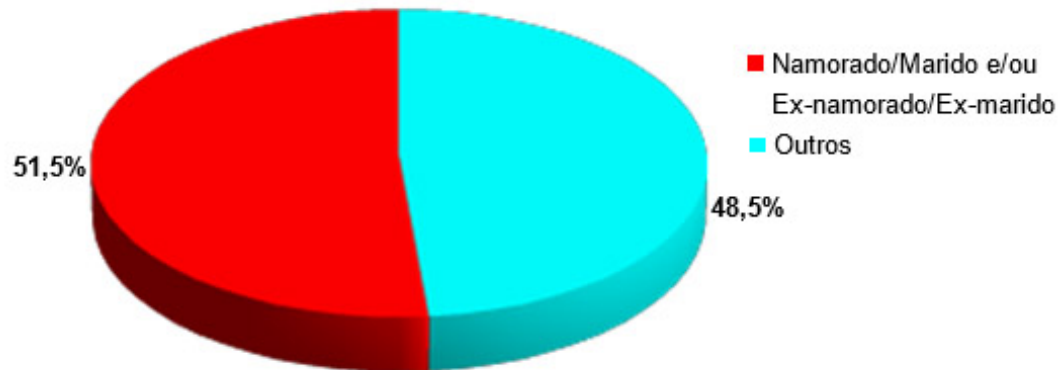


Gráfico Hipóteses 5 - Autor da violência psicológica em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência moral em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

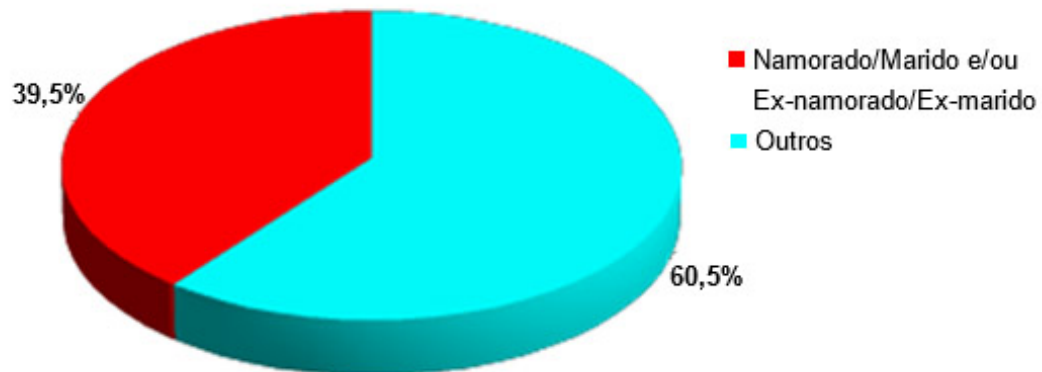


Gráfico Hipóteses 6 - Autor da violência moral em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência patrimonial em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

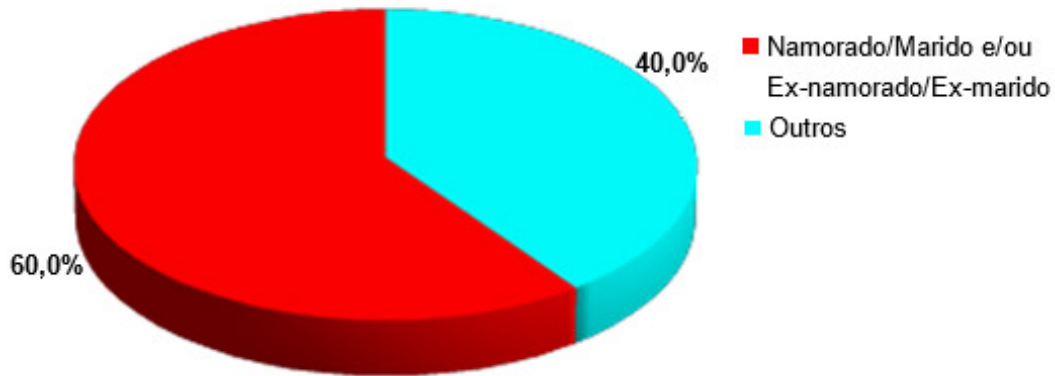


Gráfico Hipóteses 7 - Autor da violência patrimonial em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência institucional em:

Solteiras com namorado(a), casadas e mulheres em união estável(amasiada)

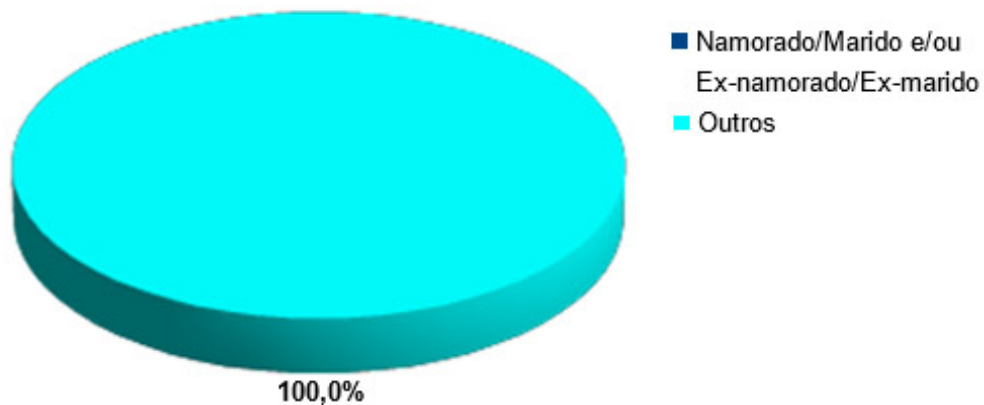


Gráfico Hipóteses 8 - Autor da violência institucional em estudantes com namorado, casadas ou em união estável, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Autor da violência sexual

Em estudantes de 14 a 17 anos

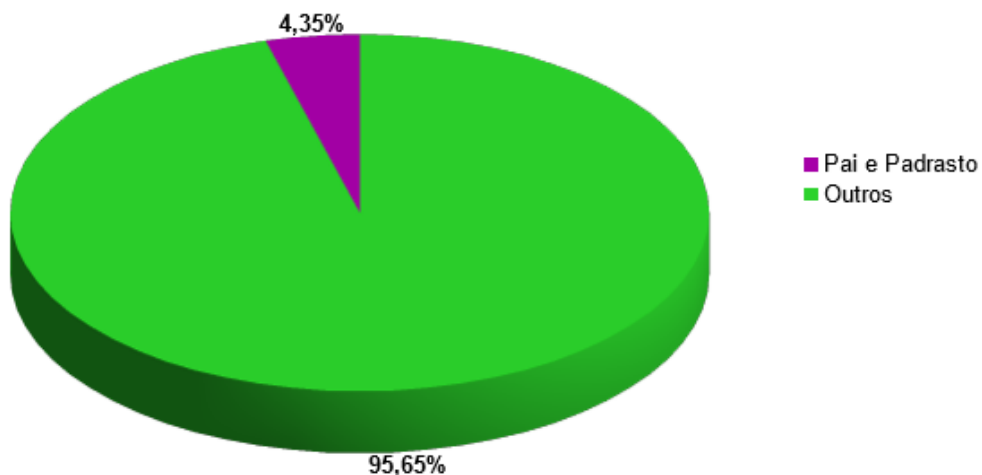


Gráfico Hipóteses 9 - Autor da violência sexual em estudantes de 14 a 17 anos, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência física

Em estudantes de 14 a 17 anos

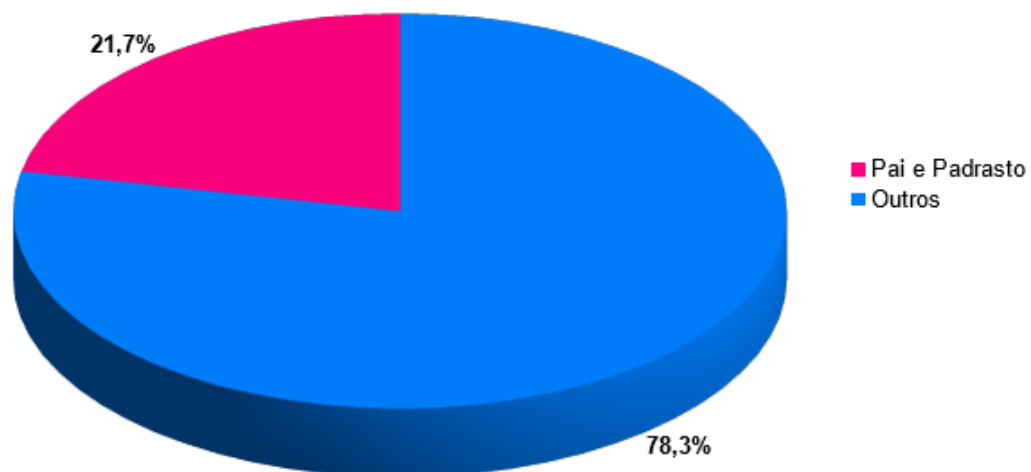


Gráfico Hipóteses 10 - Autor da violência física em estudantes de 14 a 17 anos, 2017
Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência psicológica

Em estudantes de 14 a 17 anos

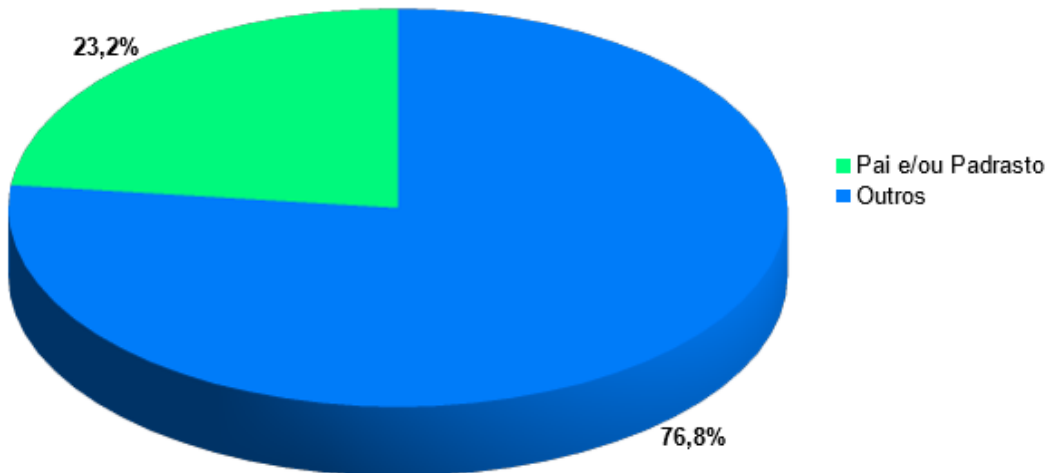


Gráfico Hipóteses 11 - Autor da violência psicológica em estudantes de 14 a 17 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência moral

Em estudantes de 14 a 17 anos

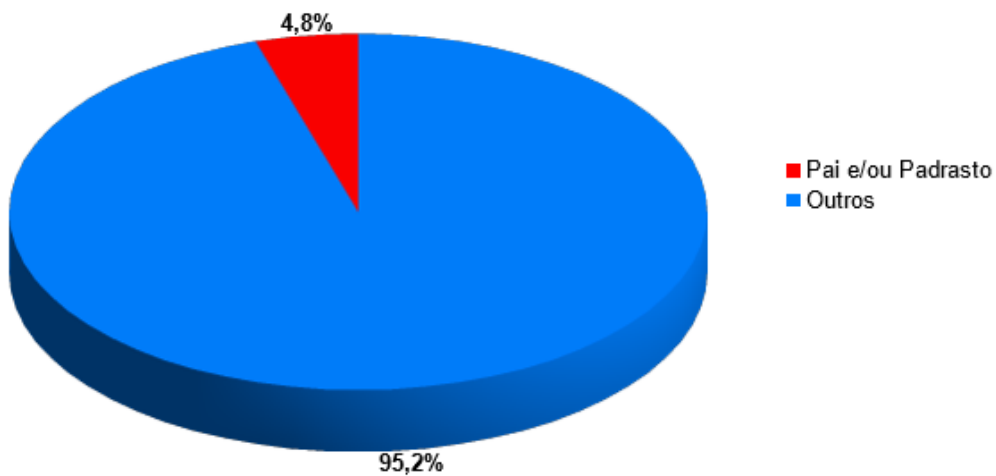


Gráfico Hipóteses 12 - Autor da violência moral em estudantes de 14 a 17 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

O autor da violência patrimonial

Em estudantes de 14 a 17 anos

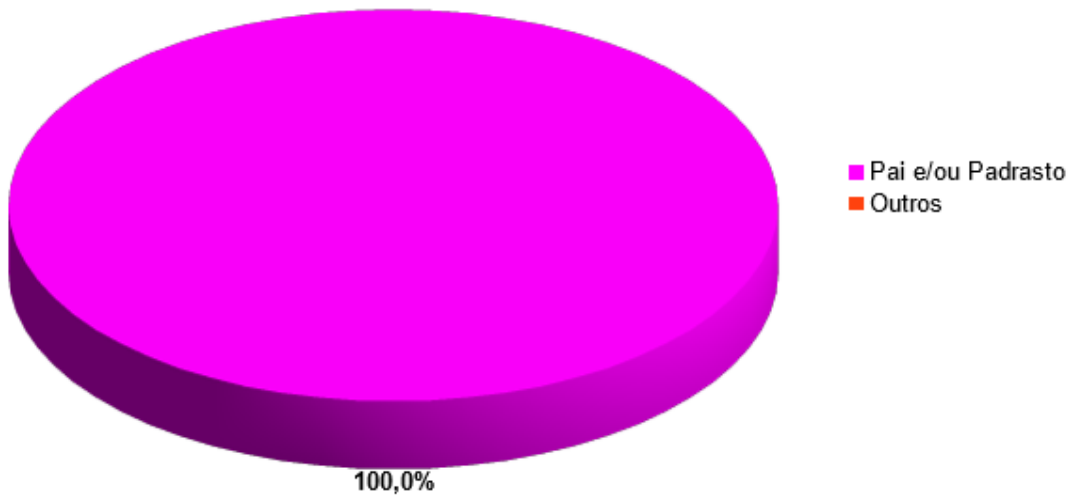


Gráfico Hipóteses 13 - Autor da violência patrimonial em estudantes de 14 a 17 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo

Autor da violência institucional

Em estudantes de 14 a 17 anos

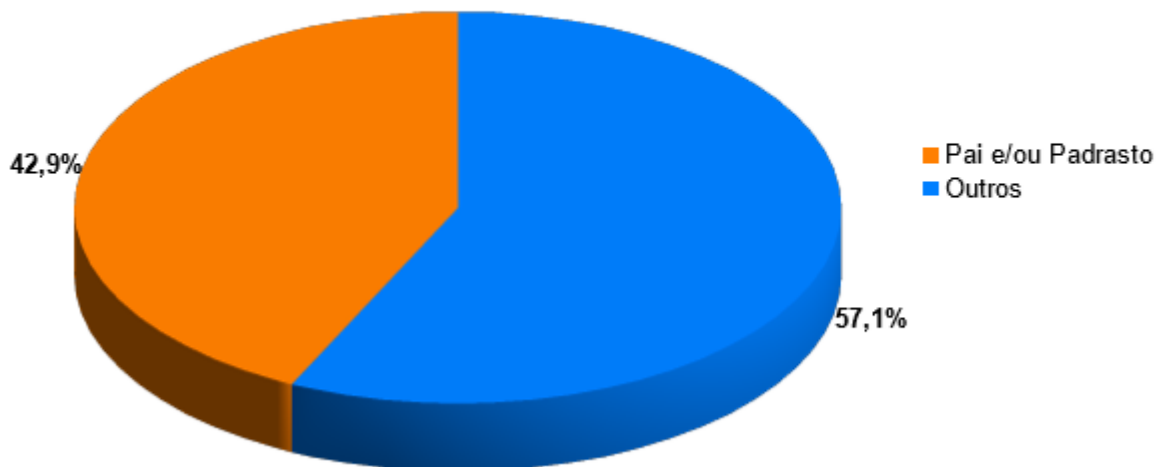


Gráfico Hipóteses 14 - Autor da violência institucional em estudantes de 14 a 17 anos, 2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa de campo